

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS  
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO BILÍNGUE  
MESTRADO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO BILÍNGUE

Memórias acessíveis: a língua de sinais salta das estantes para contar a história  
de objetos, livros e documentos do Acervo Histórico do INES

ANDRÉA CARLA MAZZO DA COSTA

Rio de Janeiro

Maio/2022

ANDRÉA CARLA MAZZO DA COSTA

**MEMÓRIAS ACESSÍVEIS: A LÍNGUA DE SINAIS SALTA DAS ESTANTES PARA  
CONTAR A HISTÓRIA DE OBJETOS, LIVROS E DOCUMENTOS DO ACERVO  
HISTÓRICO DO INES**

Dissertação apresentada ao Departamento de  
Ensino Superior do Instituto Nacional de  
Educação de Surdos como requisito parcial  
para obtenção de grau de Mestre.

Orientadora Prof<sup>a</sup> Solange Maria da Rocha

Rio de Janeiro

Mai/2022

## FICHA CATALOGRÁFICA

ANDRÉA CARLA MAZZO DA COSTA

Memórias acessíveis: a língua de sinais salta das estantes para contar a história de objetos,  
livros e documentos do Acervo Histórico do INES

Dissertação apresentada ao Departamento de  
Ensino Superior do Instituto Nacional de  
Educação de Surdos como requisito parcial  
para obtenção de grau de Mestre.

Orientadora Prof<sup>a</sup> Solange Maria da Rocha

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Solange Maria da Rocha – Orientadora  
Instituto Nacional de Educação de Surdos

---

Prof<sup>o</sup> Dr. Luiz Claudio da Costa Carvalho – Membro Interno  
Instituto Nacional de Educação de Surdos

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Lucyenne Matos da Costa Vieira Machado – Membro Externo  
Universidade Federal do Espírito Santo

---

Prof<sup>o</sup> Dr. José Renato de Carvalho Baptista – Membro Interno Suplente  
Instituto Nacional de Educação de Surdos

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Helena Carla Castro C. de Almeida – Membro Externo Suplente  
Universidade Federal Fluminense

Aprovada em: \_\_\_ / \_\_\_ / \_\_\_

Dedico esta dissertação aos meus pais, Natalino Mazzo e Zuila Bezerra Mazzo (*in memoriam*), por todo amor, dedicação e renúncia, ao priorizarem a formação escolar de suas filhas.

Ao meu marido, Alexandre Magno da Costa, e ao meu filho, Lucas Mazzo da Costa, por todo carinho, amor, paciência e generosidade.

À minha irmã, Flávia Mazzo, por sua disponibilidade e pelas palavras de encorajamento nos momentos cruciais desta difícil jornada.

Com certeza não teria chegado até aqui sem o carinho e o apoio de todos esses meus queridos e queridas, nos momentos em que mais precisei. Amo vocês!

## AGRADECIMENTOS

O agradecimento primeiro, o mais significativo, é endereçado ao que me trouxe até aqui: a dádiva de ter nascido no seio de uma família surda! Obrigada a Deus e a Nossa Senhora por todo esse caminhar, pelas intercessões e amparos nos momentos desafiadores.

Aos meus pais, pelo amor incondicional, por toda dedicação e esforços empreendidos no intuito de proporcionar uma educação de qualidade para as suas filhas, não se importando em renunciar a tudo em prol de nos garantir um futuro promissor.

De maneira muito especial, *in memoriam*, agradeço a minha mãe Zuila Bezerra Mazzo que durante toda a sua trajetória foi exemplo de força, empoderamento feminino, otimismo, perseverança e, principalmente, encorajando aqueles que estavam ao seu redor, garantindo que dias melhores sempre viriam, e que deveríamos acreditar e confiar nos planos de Deus.

Ao meu pai, Natalino Mazzo, por sua presença amiga, serena e companheira de todas as horas. Um pai exemplar, sempre ao meu lado em vários momentos da minha vida. Com sua vivência escolar e profissional contribuiu para a construção do meu afeto e admiração por uma instituição que o abrigou como família e que hoje faz parte, também, da minha história: o Instituto Nacional de Educação de Surdos, que homenageio com a apresentação desta minha dissertação de Mestrado.

Ao meu marido, Alexandre Magno da Costa, pelo amor, carinho, companheirismo, paciência e por estar ao meu lado incentivando-me na caminhada desta pesquisa e me trazendo sempre um olhar na direção de que tudo é possível. Obrigada por me ouvir, pelas críticas construtivas e sugestões, pela paciência em ler e reler o meu trabalho. E por me encorajar nos momentos de desânimo e angústia.

Ao meu filho, Lucas Mazzo da Costa, meu amor incondicional a esse meu anjo, minha joia rara, que trouxe leveza e pureza nos momentos de tensão, procurando-me para conversar nas madrugadas para não me atrapalhar nos momentos da minha escrita.

À minha irmã Flávia Mazzo, minha companheira de vida, que sempre me incentivou a conquistar os meus sonhos, que com sua experiência pessoal e profissional trouxe conselhos

preciosos, por sua disponibilidade em me ouvir, em ler a minha pesquisa e avaliar o produto deste trabalho. Obrigada por mais uma vez se fazer presente durante essa caminhada.

À minha orientadora Professora Solange Rocha, referência na história da educação de surdos no Brasil, obrigada por abraçar o meu projeto, por compartilhar os seus conhecimentos, pela orientação, competência e paciência nos meus momentos de ansiedade. E por fazer parte da concretização de um sonho pessoal e profissional com a apresentação desta dissertação.

Às professoras Yrla Carneiro Silva e Wilma Favorito, do Departamento do Ensino Superior (DESU) do INES, que participaram da banca de qualificação da disciplina Seminário de Pesquisa I, avaliando a minha pesquisa, fornecendo dicas preciosas para o aperfeiçoamento deste trabalho.

Aos professores das disciplinas do Mestrado, que contribuíram com seus conhecimentos e reflexões acadêmicas nos importantes debates sobre temas que envolvem a pessoa surda.

À Fátima Furriel, pelas contribuições valorosas na tradução das descrições dos itens do catálogo para Libras, produto desta dissertação, e à sua família pelo apoio logístico e técnico para a concretização das filmagens.

Por fim, a todos aqueles que cruzaram o meu caminho pessoal e profissional de forma especial e significativa, os quais, embora impossível nomeá-los um a um, se fazem presentes sob a forma de memórias, ensinamentos e vivências, e a quem dedico o meu sincero agradecimento.

*(...) a grande protagonista da história é a memória coletiva, que tece e retece, continuamente, aquilo que o tempo cancela e que, com a sua incansável obra de mistificação, redefinição e reinvenção, refunda e requalifica continuamente um passado que, de outra forma, correria o risco de morrer definitivamente ou de permanecer irremediavelmente desconhecido.  
(HALBWACHS, 1990, p. 55)*

## RESUMO

A presente pesquisa tem como campo de estudo o Acervo Histórico do INES, – Instituto Nacional de Educação de Surdos - lugar que tem a importante missão de divulgar e expandir a memória da educação de surdos no Brasil. A proposta geral deste trabalho é o emprego do QR Code como ferramenta de tecnologia assistiva para promover acesso aos surdos, em língua de sinais, do conteúdo de itens bibliográficos, arquivísticos e museológicos que se encontram neste lugar de memória. Como produto deste trabalho, elaboramos um catálogo bilíngue (Português-Libras) a fim de proporcionar aos visitantes acesso à descrição de obras catalogadas e destacadas para esta pesquisa. A metodologia empregada foi de caráter exploratório, uma vez que se pretende ampliar a discussão sobre o uso do QR Code como estratégia de acessibilidade comunicacional aos surdos usuários de Libras nos centros de memória. Destaca-se que essa pesquisa propicia a valorização do Acervo Histórico do INES como um lugar de educação não formal, visando proporcionar aos surdos reflexões significativas que contribuam para o seu processo de construção e/ou consolidação de sua identidade e pertencimento. Além disso, esta pesquisa pretende promover uma consciência de preservação da própria memória do INES, como um legado, para que esses referenciais não caiam no esquecimento ou fiquem retidos apenas nas memórias humanas daqueles que passaram pela Instituição.

Palavras-chave: Acervo Histórico; Instituto Nacional de Educação de Surdos; Acessibilidade; Língua de Sinais; Educação patrimonial.

## ABSTRACT

The present research has as its field of study the Historical Collection of INES, - National Institute of Education for the Deaf - a place that has the important mission of disseminating and expanding the memory of deaf education in Brazil. The general proposal of this work is the use of the QR Code as an assistive technology tool to promote access to the deaf, in sign language, of the content of bibliographic, archival and museological items that are in this place of memory. As a product of this work, we created a bilingual catalog (Portuguese-Libras) in order to provide visitors with access to the description of works cataloged and highlighted for this research. The methodology used was exploratory, since it intends to broaden the discussion on the use of the QR Code as a communicational accessibility strategy for deaf users of Libras in memory centers. It is noteworthy that this research promotes the appreciation of the Historical Collection of INES as a place of non-formal education, aiming to provide the deaf with significant reflections that contribute to their process of construction and/or consolidation of their identity and belonging. In addition, this research intends to promote an awareness of preserving the memory of INES itself, as a legacy, so that these references do not fall into oblivion or are retained only in the human memories of those who passed through the Institution.

Keywords: Historical Collection; National Institute of Deaf Education; Accessibility; Sign language; Heritage education.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BENANCIB	Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-graduação em Ciência da Informação
BRAPCI	Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CAT	Comitê de Ajudas Técnicas
CD-Rom	Compact Disc Read-Only Memory
CDPD	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência
Coda	Children of Deaf Adults
DVD	Digital Versatile Disc
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico Nacional
ISO	International Organization for Standardization
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
Libras	Língua Brasileira de Sinais
MAR	Museu de Arte do Rio
MARA	Mobile Augmented Reality Applications
NEO	Núcleo de Educação Online
ONU	Organização das Nações Unidas
QR Code	Quick Response Code
RA	Realidade Aumentada
Scielo	Scientific Electronic Library Online
TA	Tecnologia Assistiva
TIC	Tecnologia da Informação e da Comunicação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
VHS	Video Home System

## SUMÁRIO

<b>1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>12</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>15</b>
<b>3 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO .....</b>	<b>17</b>
<b>4 ASPECTOS HISTÓRICOS DO INES .....</b>	<b>20</b>
<b>5 MEMÓRIA, HISTÓRIA E O ACERVO DO INES.....</b>	<b>24</b>
5.1 Os Centros de Memória como lugares de memória e algumas considerações.....	26
5.2 Acervo Histórico do INES.....	30
<b>6 DIÁLOGOS TEÓRICOS E MARCOS LEGAIS .....</b>	<b>38</b>
6.1 Normas brasileiras dos direitos da pessoa com deficiência.....	38
6.2 Acessibilidade .....	41
6.2.1 Acessibilidade comunicacional sob a perspectiva do acesso à informação pelos surdos.....	42
6.2.1.1 ABNT NBR 15599:2008 - Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços..	44
6.3. Acessibilidade informacional .....	45
6.4 Surdez: considerações sobre acessibilidade .....	46
6.5 Museus e acessibilidade .....	47
<b>7 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO: UTILIZAÇÃO DO QR CODE COMO RECURSO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA .....</b>	<b>50</b>
7.1 Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC).....	50
7.2 Tecnologia Assistiva (TA).....	51
7.3 Quick Response Code - QR Code.....	53
7.3.1 QR Code como Realidade Móvel Aumentada.....	54
<b>8 UM PRODUTO E O MÉTODO DE SUA CONSTRUÇÃO.....</b>	<b>56</b>
8.1 Um catálogo.....	57
8.2. O que esperar do catálogo .....	60
<b>9 ESPAÇO MEMÓRIA: AMBIENTE DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL.....</b>	<b>62</b>
<b>10 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS .....</b>	<b>66</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>69</b>

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Olhar para o passado é uma possibilidade de entendermos a ação humana no tempo e no espaço. Marcas, rastros, vestígios, objetos, vão criando elos e ganhando significações quando pesquisados. Memória e história estão implicadas nesse processo. Para Veyne (1995), “*a história é filha da memória. Os homens nascem, comem e morrem, mas só a história pode informar-nos sobre suas guerras e seus impérios.*” (VEYNE, 1995, p. 12). Não há história sem memória. Fontes históricas são livros, documentos, fotografias, pinturas, esculturas, desenhos, cartas, relatórios, diários, testemunhos, relatos orais, dentre outras, que são aqui compreendidas como memória ou registros de ações entre humanos. Diante desses registros cabe ao pesquisador não julgar a ação do homem num determinado tempo e espaço e sim buscar compreender as lógicas que forjaram um modo de ser de uma dada época.

O passado não se reconstitui, mas seus vestígios, estudados, observados, podem trazer uma melhor compreensão das ações humanas. Lugares de memória como arquivos, museus, bibliotecas, dentre outros, possibilitam acesso a materiais que já não correspondem à atualidade, mas que compuseram o cenário de uma determinada época. Tal como nossos arquivos familiares compostos de fotografias, documentos, objetos de fundo de gaveta, que nos permitem compreender a trajetória de nossa família. Assim, o acesso aos equipamentos culturais propicia ao cidadão uma melhor compreensão da história humana e é atividade complementar de seu processo educacional. Tomemos como exemplo as visitas aos museus, promovidas pelas escolas desde cedo. As temáticas variadas desses espaços de memória promovem no aluno e/ou visitante uma experiência única. Milhares de museus se espalham pelo mundo como testemunhos de um tempo que não mais existe. São museus de temáticas políticas, tecnológicas, étnicas, antropológicas, biomédicas, dentre outras tantas.

Entretanto o acesso aos seus conteúdos deve estar garantido a todos os cidadãos que os visitam por razões acadêmicas e/ou culturais. No Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, há um Jardim Sensorial<sup>1</sup> para os cidadãos que não podem vê-lo, mas podem senti-lo. Mas os cidadãos surdos que se relacionam com o mundo através da língua de sinais têm acesso garantido aos conteúdos desses equipamentos culturais?

---

<sup>1</sup> Jardim Sensorial é um projeto de inclusão social para educação ambiental. Trata-se de um espaço que conta com o auxílio de 10 monitores que proporciona ao deficiente visual a experiência de tocar e sentir as plantas expostas. O jardim possui um pequeno chafariz para estimular a audição e exposição de plantas como orquídeas, alecrim, sálvia, manjerição, menta, entre outras, que inclusive podem até ser provadas pelo visitante. (ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO JARDIM BOTÂNICO, [s.d.]

Diante dessa questão, este trabalho se propõe a contribuir com as discussões e práticas de acessibilidade linguística aos bens culturais por cidadãos surdos, que também são consumidores e produtores de cultura e conhecimento.

A comunicação dos surdos se dá significativamente através de experiências visuais, demandando, portanto, que se desenvolvam estratégias que garantam acesso aos bens culturais expostos nesses lugares de memória. Aos profissionais da informação cabem promover ações de desconstrução e desnaturalização das práticas tradicionais adotadas nas unidades de informação (centro de memória, museu, arquivo e biblioteca), notadamente pouco inclusivas. E, especificamente em relação a acervos que têm como tema a educação, socialização e profissionalização do surdo, o acesso aos conteúdos dessa memória está garantido?

Nesse sentido, o Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) representa um patrimônio histórico-cultural valioso, uma vez que parte importante da memória da educação de surdos no Brasil se encontra neste espaço. O acesso dos surdos aos seus conteúdos constitui instrumento importante não somente de conhecimento como também significa a possibilidade de uma identificação político-identitária desse público-alvo.

O exame das fontes disponíveis no Acervo Histórico do Instituto possibilita aos surdos compreender implicações filosóficas, linguísticas, pedagógicas, culturais, que foram implementadas ou experimentadas no processo educacional para cidadãos surdos ao longo de séculos. Para que a comunidade surda compreenda essas implicações é necessário estabelecer estratégias ou ferramentas de inclusão informacional neste espaço de educação não formal. É poder estimular os surdos a construir possibilidades dialógicas entre memória e história. A ideia de trazer o surdo para esse ambiente de memória, além de fortalecer a noção de que este lugar não é apenas um depósito de fontes históricas, permite que se sintam acolhidos, sensibilizados e conscientes da importância desse espaço como meio de reinterpretar e compreender os múltiplos significados daqueles itens ali disponíveis. Compreendendo essa dimensão, o Acervo Histórico do INES não deve se limitar a ser apenas o guardião de registros escritos; é preciso também salvuardá-los em registros acessíveis através da língua de sinais. Esses registros visuais também são atos comunicacionais. Sendo assim, o acervo deve ser preservado e salvuardado em registros visuais, para que as próximas gerações de surdos possam conhecer essa memória que é comum aos seus pares e, portanto, deverá estar acessível também em Libras. Importante destacar que este patrimônio deve ser reconhecido não apenas pelo INES, mas pela comunidade surda e ouvinte, como algo que deva ser respeitado, valorizado, preservado e compartilhado. De acordo com Araújo e Carvalho (2021), os acervos possuem valor patrimonial pela força de comunicar ideias, símbolos, práticas sociais, histórias e com isto auxiliam a

construção de identidades. Dessa forma podemos perceber que o espaço do Acervo Histórico do INES, além de ser lugar de memória, representa um espaço de educação patrimonial para os surdos. Mas o que representa a memória? Qual a importância dessa herança patrimonial para a comunidade surda no diálogo com o seu passado?

Isso posto, destaco a importância para mim do trabalho em questão, por significar o entrecruzamento da memória da instituição mais importante do país, no que se refere à educação de surdos, acrescido do fato de meu pai ter feito parte dessa história, somando-se à realidade de meu ofício como bibliotecária, do qual tanto me orgulho.

Surge daí a proposta de se construir um catálogo com emprego do QR Code, em Libras, como ferramenta de tecnologia assistiva para dar acesso aos surdos sobre a tríade documental (bibliográfico, arquivístico e museológico), que se encontra no Acervo Histórico do INES.

Esse trabalho visa contribuir, também, com os outros pares, profissionais da informação, arquivistas, bibliotecários e museólogos, na formulação e no desenvolvimento de estratégias que possam auxiliar os usuários surdos a buscar informações em língua de sinais os itens que se encontram disponíveis em diferentes centros de memória.

Esperamos também poder contribuir na valorização do Acervo Histórico do INES, proporcionando aos surdos a possibilidade de desenvolverem reflexões significativas no processo de construção e/ou consolidação de sua identidade e pertencimento, ao terem de fato acesso aos aspectos da trajetória histórica do Instituto centenário. Além disso, pretende-se promover uma consciência de preservação da própria memória do INES, como um legado, para que esses referenciais não caiam no esquecimento ou fiquem retidos apenas nas memórias humanas daqueles que passaram pela Instituição.

## 2 JUSTIFICATIVA

A motivação para este tema deu-se em função da gradual descoberta sobre a importância da acessibilidade dos surdos a diferentes espaços de cultura, cujos desafios vivencio desde a minha infância até os dias atuais. A construção desse trabalho tem particularmente o meu olhar de Coda<sup>2</sup> (*Children of Deaf Adults ou filho(a) de pais surdos*), de bibliotecária e de minha vivência social com os surdos.

Em comemoração ao dia do surdo, realizado no mês de setembro de 2019, organizado por Solange Rocha, professora e historiadora responsável pelo Acervo Histórico, tive o privilégio de assistir a uma roda de conversa entre ex-alunos do Instituto. Entre os convidados, participantes deste evento, estavam Natalino Mazzo, meu pai, ex-aluno (1949-1958), professor aposentado do Instituto (1963-2000), Max Heeren, ex-aluno (1979-1983) e Ivone Silva, também ex-aluna. A riqueza das narrativas e trajetórias distintas de diferentes gerações e temporalidades enriqueceram o evento por conta dos relatos de experiências vivenciadas por eles no Instituto. Naquele momento, aqueles ex-alunos do INES eram “homens-memória”, conceito desenvolvido pela professora Solange Rocha para se referir aos surdos de antigas gerações que organizaram acervos em suas casas sobre a trajetória da comunidade surda nos âmbitos culturais, esportivos, educacionais, dentre outros. Na ocasião percebi que estavam produzindo fontes orais através de suas narrativas e ao mesmo tempo promovendo possibilidades de produção de novos estudos no campo da educação de surdos. A riqueza dos depoimentos nos proporcionou “*conhecer [as] nuances, faces e características singularizadas nas vivências e nos saberes da experiência histórica de indivíduos, relacionadas aos processos formativos, à profissionalização, às instituições e à sociedade*” (BARROS; SIQUEIRA, 2016, p. 100), os quais foram fundamentais para compreendermos o papel do Instituto na formação daqueles indivíduos. Natalino Mazzo, como ex-aluno mais antigo do Instituto, contagiou o público, principalmente a turma do ensino médio da instituição que estava como convidada do evento. Natalino discorreu sobre aspectos marcantes do seu processo formativo como discente e destacou a contribuição do Instituto em sua formação profissional. O evento foi todo realizado em Língua Brasileira de Sinais - Libras o que proporcionou a interação mais próxima dos alunos do ensino médio com os participantes, despertando neles ainda mais a curiosidade em saber a

---

<sup>2</sup> A organização internacional *Children of Deaf Adults* atribuiu o termo CODA aos filhos ouvintes de pais surdos. De acordo com Quadros (2017), esta organização promove encontros internacionais em diferentes estados norte-americanos anualmente e de quatro em quatro anos em outros países. O objetivo desses encontros é, principalmente, difundir a língua de sinais como língua de herança, envolvendo questões socioculturais. (QUADROS, 2017, p. 63)

ocorrência de determinados episódios ou fatos. Podia-se perceber na vibração e no olhar desses estudantes o desvelamento de conhecimento e superação de lacunas na compreensão de um espaço educacional que foi construído e organizado no intuito de produzir sentidos para eles e para o público em geral, valorizando aspectos materiais e imateriais que compõem o Acervo Histórico do INES. Ao mesmo tempo, Natalino Mazzo se emocionava diante do interesse da turma por sua história, porque naquele momento estava desempenhando o papel de “homem-memória” do Instituto. O fato de presenciar, como filha e profissional, aqueles olhares atentos ao meu pai, motivou-me ainda mais a delinear o meu projeto de pesquisa. Meu pai era o sujeito-fonte, era a ponte entre a reconstrução e ressignificação de um passado vivenciado por ele, transmitindo a memória individual e social, contribuindo para o processo formativo das novas gerações.

A partir dessa experiência surgiu o interesse em submeter um projeto de pesquisa no processo seletivo do primeiro Mestrado Profissional em Educação Bilíngue do INES (2020), evidenciando a necessidade de se criarem dispositivos para garantir acessibilidade linguística às fontes documentais do Acervo Histórico do INES e contribuir com outros espaços semelhantes a desenvolverem produtos para atender à comunidade surda.

### 3 OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICO

O objetivo geral desta pesquisa é criar um instrumento que possibilite ao surdo ter acesso informacional aos itens arquivísticos, bibliográficos e museológicos, em língua de sinais, contidos em lugares de memória, especificamente no Acervo Histórico do INES, através do emprego do QR Code como tecnologia assistiva.

E são os seguintes os objetivos específicos dessa pesquisa:

- valorizar os aspectos materiais e imateriais que compõem o Acervo Histórico do INES junto à comunidade surda e à própria instituição;
- contribuir para a divulgação desse lugar de memória do INES como um espaço de educação não-formal;
- ampliar a acessibilidade dos surdos a espaços de cultura, promovendo a independência informacional no acesso ao conhecimento inerente aos centros de memória;
- elaborar a amostra de um catálogo bilíngue (Português-Libras) a fim de proporcionar aos surdos e aos ouvintes acesso à descrição de cada obra catalogada e destacada para esta pesquisa.

O acesso aos acervos dos lugares de memória, em língua de sinais, através do QR Code certamente dará maior visibilidade aos objetos e saberes, silentes para a comunidade surda, democratizando a informação com ênfase na acessibilidade, e sensibilizando os profissionais da informação (arquivistas, bibliotecários e museólogos) sobre a importância de garantir o acesso linguístico aos conteúdos com os quais trabalham.

Diante dessa perspectiva que se quer inclusiva, sugerimos o emprego do QR Code como instrumento de tecnologia assistiva para os surdos, mais propriamente como um elemento de acessibilidade comunicacional, ao disponibilizarmos em Libras as informações dos itens previamente selecionados do Acervo Histórico do INES. Esperamos que a implementação do QR Code, nesse espaço, possa proporcionar aos surdos a possibilidade de (re)construírem a memória da Instituição e auxiliar na formação de sua própria identidade, contribuindo também na construção de um sentimento de pertencimento a partir do acesso a esses registros. A ideia é buscar promover a autonomia do surdo durante o acesso aos registros histórico-culturais e a compreensão das informações dos itens que se encontram no acervo de memória do INES. A partir dessa interação, torna-se mais palatável aos surdos criarem “*seus processos de fruição para que compreendam a dimensão do conhecimento e alargue a própria dimensão do prazer da visita*”. (PINACOTECA, [2015], p. [3]) Quando pudermos oportunizar aos surdos que

vivenciem essa experiência, eles poderão atuar como “*catalisadores de transformações sociais qualitativas em esfera coletiva ou individual*”. (CHIOVATTO, 2010, p. 195)

Partindo desses pressupostos, fazemos aqui algumas indagações: têm os centros de memória oferecido à comunidade surda acesso às informações através da língua de sinais? Estará o Acervo Histórico do INES, como um espaço de educação não formal, oportunizando aos surdos o acesso à sua história através da sua língua de forma autônoma? Que tipo de tecnologia podemos utilizar ao reproduzir essas informações para a comunidade surda?

Tendo como lócus o Acervo Histórico do INES, apresentaremos aspectos da trajetória do atual Instituto Nacional de Educação de Surdos, com seus 165 anos de existência, espaço de referência na educação de surdos e lugar que segue contribuindo para o estabelecimento de relações sociais e culturais da comunidade surda.

Esse trabalho foi pensado principalmente para os surdos que se comunicam prioritariamente pela língua de sinais. Em sua estrutura, destacamos a importância das normas sobre acessibilidade sob o espectro comunicacional, e a aplicação da Norma da ABNT 15599 em ambientes de memória, como meios de assegurar e garantir o acesso informacional em Libras para a comunidade surda. Para dar visibilidade ao espaço do Acervo Histórico do INES, acentuamos a relação entre espaço, memória e história como forma de difundir um legado patrimonial que conta a história do INES e a educação de surdos no Brasil, num conjunto documental heterogêneo e consolidado. Consideramos relevante tecer essa relação para evidenciar que esse Acervo abarca uma memória que ainda está sendo construída, com base nos patrimônios arquivísticos, bibliográficos e museológicos da Instituição.

Apresentamos um pequeno contexto histórico sobre legislações relacionadas aos direitos da pessoa com deficiência. Abordamos a interferência e a mediação das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs) nos processos informacionais e comunicacionais. Ressaltamos a responsabilidade social das unidades informacionais, no caso os espaços de memória, em prover recursos e espaços para atender a todas as esferas da nossa sociedade, especificamente os sujeitos surdos. Nesse sentido, partindo dessa premissa de acessibilidade informacional, apresentamos uma breve abordagem sobre a importância das tecnologias assistivas com destaque para o QR Code como ferramenta mediacional, que proporciona aos surdos equidade de acesso e autonomia aos bens históricos e culturais disponíveis no catálogo.

A revisão bibliográfica teve como foco autores que discutem os conceitos de memória, história, patrimônio, acessibilidade e história da educação de surdos. Como referencial teórico sobre memória e patrimônio, baseamo-nos em autores clássicos como Pierre Nora (1993), Jacques Le Goff (2013), Paul Veyne (1995) e Mikael Pollak (1992) e em outros autores

contemporâneos como o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos (2020). Destacamos o papel da memória como elemento fundamental na construção da identidade do indivíduo, tendo como aporte teórico as publicações de Stuart Hall (2006) e Adam Kuper (2002). Para a elaboração do catálogo, desenvolvemos pesquisa documental de natureza qualitativa e quantitativa, tomando como referência as obras de Gil (2008) e Cellard (2008).

Por fim, destacamos o Centro de Memória do INES como um espaço que pode utilizar o QR Code como uma ferramenta de ensino patrimonial para a comunidade surda, sobre a história institucional e a história da educação de surdos no Brasil.

Concluimos com uma reflexão sobre a proposição do uso do QR Code como meio de acessibilidade comunicacional para os surdos, a fim de ampliar o alcance social aos centros de memória, assim como realçar a necessidade de evidenciar as fontes históricas em língua de sinais, principalmente tratando-se de um espaço dentro do INES.

#### 4 ASPECTOS HISTÓRICOS DO INES

De acordo com Rocha (2018), a pesquisa documental sobre a educação de surdos no Brasil tem sido realizada a partir da fundação do Collegio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos, em 1856. A proposta de fundar a primeira escola para surdos em nosso país, mais especificamente na cidade do Rio de Janeiro, veio através de uma carta apresentada em língua francesa, redigida pelo professor surdo francês Edouard Huet ao Imperador D. Pedro II, em 22 de junho de 1855. Era comum que surdos formados em instituições especializadas europeias fossem contratados para contribuir na criação de estabelecimentos de ensino para alunos surdos de outros países. Em janeiro de 1856, o Instituto começa a funcionar nas dependências do Collegio M. de Vassimon e nesta mesma data é publicado o programa de ensino, cuja grade curricular das disciplinas oferecidas incluía: Língua Portuguesa, Geografia, História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada, Doutrina Cristã e Leitura sobre os Lábios. Para ser matriculado neste estabelecimento, o aluno surdo deveria ter entre sete e dezesseis anos e apresentar o certificado de vacinação (ROCHA, 2018, p. 14-15).

Em abril de 1856, Huet envia um documento à Comissão Diretora, que acompanhava os trabalhos do Instituto, informando sobre a situação econômica da instituição, as inadequações das dependências do colégio e a necessidade de se ter uma sede própria para criação de uma ala feminina. Mediante as indagações de Huet e a informação de que já havia um parecer favorável da Câmara dos Deputados para criação de um estabelecimento, D. Pedro II designa Marquês de Abrantes para formar uma comissão a fim de procurar uma nova sede para o instituto, assim como acompanhar as obras para sua construção (ROCHA, 2007, p. 30; ROCHA, 2009, p. 117).

Em 1857, o colégio sob a criação e direção de Huet é transferido para um espaço maior na Rua do Morro do Livramento. Contudo, a sua gestão termina em dezembro de 1861, por conta de problemas pessoais, e sua saída é negociada mediante uma indenização pelo patrimônio material do Instituto e o recebimento de uma pensão anual como reconhecimento de ter sido o primeiro fundador da escola de surdos no nosso país.

Ao longo de sua trajetória histórica, por razões políticas, administrativas e pedagógicas, o Instituto passou por mudanças de denominações e de endereços:

Quadro 1 – Mudança de denominações e endereços do Instituto

<b>Períodos</b>	<b>Denominações</b>	<b>Localidade</b>
1856	Collegio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos	Dependências do Colégio Vassimon
1856/1857	Collegio Nacional para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos	Rua dos Beneditinos, 8
1857/1858	Instituto Imperial para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos	Morro do Livramento – Entrada pela Rua de São Lourenço
1858/1865	Imperial Instituto para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos	Morro do Livramento – Entrada pela Rua de São Lourenço
1865-1866	Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos	Palacete do Campo da Acclamação, 49
1866/1871	Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos	Chácara das Laranjeiras, 95
1871/1874	Imperial Instituto dos Surdos-Mudos de Ambos os Sexos	Rua da Real Grandeza, 4 – Esquina da Rua Voluntários da Pátria
1874/1877	Instituto dos Surdos-Mudos	Rua da Real Grandeza, 4 – Esquina da Rua Voluntários da Pátria
1877/1890	Instituto dos Surdos-Mudos	Rua das Laranjeiras, n. 60
1890/1957	Instituto Nacional de Surdos-Mudos	Rua das Laranjeiras, 82/232 (mudança de numeração)
1957 -	Instituto Nacional de Educação de Surdos	Rua das Laranjeiras, 232

(ROCHA, 2009, p. 10)

Inicialmente o Instituto atendeu a alunos de ambos os sexos com subvenção imperial, provincial, nacional e religiosa, oriundos de famílias que não tivessem condições de matricular os seus filhos, e havia a cobrança de mensalidades para as famílias que pudessem pagar a escolaridade de seus filhos. Além do programa de ensino das disciplinas, era oferecido ensino profissionalizante, que marcou a história da instituição, de modo que, ao aprender um ofício, os estudantes pudessem ter uma atividade profissional ao término dos estudos. Entretanto a situação de manter alunos(as) surdos(as) numa mesma escola era delicada por se tratar de uma característica incomum no século XIX. Diante disso, o gestor da época considerava que as alunas deveriam ser ensinadas em casa, aprenderem a cozinhar e bordar, ou seja, realizarem atividades de natureza doméstica. Aquelas que ainda se encontravam no Instituto deveriam ali permanecer até o primeiro menstruo e posteriormente serem conduzidas para casa ou para um abrigo feminino. Mas foi somente na década de 1930, por pressão, dentre outras entidades, da

Aliança Nacional das Mulheres, que as alunas surdas retornaram ao Instituto para as aulas nas oficinas de costura e bordado em sistema de externato (ROCHA, 2018, p. 50, 78).

As oficinas oferecidas para os alunos surdos eram: encadernação, sapataria, alfaiataria, modelagem e marcenaria. De acordo com Dr. Tobias Leite, cuja direção da instituição compreendeu um período de vinte oito anos (1868/1896), o ensino profissionalizante deveria ser estimulado para que o aluno ao concluir o curso tivesse um ofício autossustentável e ao mesmo tempo pudesse estabelecer relações sociais com outros indivíduos, tirando-o do isolamento social. Dentre os ofícios citados, destacamos a encadernação, atividade em que os alunos aprendizes realizavam também a restauração, trabalhando em livros raros da Biblioteca Nacional. Podemos encontrar informações da marca tipográfica da *Officina de Encadernação do Instituto de Surdos-Mudos* nas notas de alguns livros raros que constam do catálogo digital da Biblioteca Nacional e no acervo da Coleção de Rui Barbosa. Já em relação ao Acervo Histórico do INES, encontramos publicações com o carimbo da oficina e a identificação da matrícula do aluno que realizou a atividade. Outro registro que não poderíamos deixar de mencionar é o reconhecimento da qualidade do trabalho da gráfica do Instituto pelo Mercado Editorial do Brasil da época.

Até meados da década de 1950, o Instituto era praticamente o único estabelecimento especializado na educação de surdos no Brasil, inclusive atendendo a alguns países vizinhos, tornando-se uma instituição de referência para a educação, profissionalização e socialização de surdos. Por ser a única instituição de atendimento a surdos de todos os estados brasileiros, surgiu a necessidade de criação de outras escolas com essa especificidade. (ROCHA, 2009, p. 46)

Sem nos aprofundarmos na história dos gestores que passaram pela Instituição, optamos por destacar a gestão da Dra. Ana Rímoli (1951-1961), por ter sido a primeira mulher a ocupar o cargo de diretora no Instituto e por implementar uma política nacional de assistência e educação para os alunos surdos. Dentre essas iniciativas, incluem-se a criação da Campanha de Alfabetização do Surdo Brasileiro e o Curso Normal de Formação de Professores para Surdos, precursor na América Latina, iniciado com alunas de vários estados brasileiros na década de 1950. Foram também criados cursos de formação de professores especializados em educação de surdos, para que outras unidades da federação pudessem ampliar os seus atendimentos. Dessa forma essas novas escolas receberiam orientações nacionais e se tornariam multiplicadoras de conhecimento. A proposta não visou apenas aos centros urbanos, havia também uma preocupação de formar professores que fossem atuar na zona rural. Com isto, o Instituto funcionaria como o Centro Nacional, orientando cinco centros regionais

abrangendo uma determinada quantidade de estados, auxiliando no planejamento, supervisão, assistências técnicas e educacionais, materiais didáticos e financeiros nas unidades da federação. (ROCHA, 2014, p. 4). A logística dessa atuação nacional favoreceu a implantação da Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro, em 1957, que, sob o slogan: “*O surdo não é diferente de você. Ajude a educá-lo*”, encontra no governo de Juscelino Kubitschek o impulso desejado, uma vez que o país experimentava uma forte comoção nacional por conta do plano de metas, *50 anos em 5*. Era preciso que todos colaborassem com o desenvolvimento econômico e social do país. Como resultado desse plano de metas, o número de 10 unidades educativas existentes no atendimento aos surdos aumentou para 84, no período de 1955 a 1959 (ROCHA, 2007, p. 40-41, p.119). O destaque também se deve ao fato de ter sido uma gestão com um número considerável de fontes disponíveis na tríade documental arquivística, bibliográfica e museológica.

O atual INES tem como atribuição regimental a formulação de políticas públicas nacionais relacionadas à educação de surdos. Promove a formação de professores bilíngues através do curso de Pedagogia nas modalidades presencial e a distância, com treze polos espalhados pelo Brasil. Também oferece o curso de Mestrado Profissional em Educação Bilíngue. Além de oferecer educação básica e superior, promove curso de Libras, congressos (nacionais e internacionais), fóruns, seminários e assessorias técnicas aos sistemas de ensino em âmbito nacional. (ROCHA, 2018, p. 174)

## 5 MEMÓRIA, HISTÓRIA E O ACERVO DO INES

De acordo com Chapouthier (2006), o sentido da palavra memória envolve dois aspectos: o primeiro está relacionado com o aspecto neurofisiológico com abordagem psicanalítica

em que a memória é a capacidade que certos seres vivos têm de armazenar, no sistema nervoso, dados ou informações sobre o meio que os cerca, para assim modificar o próprio comportamento; o segundo aspecto está relacionado com fenômenos sociais, uma vez que (...) todo traço deixado no mundo ou nos componentes deste por um determinado evento. (CHAPOUTHIER, 2006 *apud* RUEDA; FREITAS; VALL, 2011, p. 80)

O conceito de memória é crucial para o pesquisador porque estabelece o cruzamento entre passado, presente e futuro. Faz-nos pensar no significado do tempo, da lembrança e do esquecimento e no entrecruzamento entre o indivíduo e a sociedade, o registro e a invenção, dado e construção, história e ficção, revelação e ocultação. (LE GOFF, 1990, p. 36; NEVES, 1998 *apud* GERMINATTI; GILLIES, 2019, p. 4). "*A memória é esse lugar de refúgio, meio história, meio ficção, universo marginal que permite a manifestação continuamente atualizada do passado.*" (PINTO, 1998 *apud* BAIRROS, 2018, p. 64)

A memória individual recorre a um processo de narratividade o qual necessariamente é mediado pela linguagem, falada ou escrita, sendo esta última instância o produto da nossa sociedade. Logo, percebe-se que a dimensão coletiva interfere na memória individual. Consequentemente, a memória deixa de ser apenas uma experiência individual e adquire *status* de ser comunicada, ou seja, passa a ser socializada. (BARROS, 2011, p. 319). Deixa de ser um fenômeno exclusivamente psicológico e passa a ter uma abordagem de ordem sociocultural. No início do século XX, o sociólogo francês Maurice Halbwachs (1990) apresentou em seus estudos sobre memória a existência de uma relação íntima e dinâmica entre a memória individual e a coletiva, porque se acreditava que somente o indivíduo era capaz de resgatar o seu passado, ou seja, seria regido apenas pelas leis biológicas. Este sociólogo assim discorre sobre a memória:

(...) nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, em realidade, nunca estamos sós. Não é necessário que outros homens estejam lá, que se distingam materialmente de nós: porque temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem. (HALBWACHS, 1990, p. 26)

Através de seus estudos pioneiros, esse autor demonstrou que as lembranças de um indivíduo são compartilhadas com os outros, a nossa memória individual está ligada à construção de memórias coletivas de diversos grupos sociais nos quais estamos inseridos, ou seja, forja-se uma construção social. Entretanto, mesmo que a lembrança individual não envolva outras pessoas, essa memória se insere no mesmo espaço das lembranças de outras pessoas, porque são lembranças coletivas. Isso acontece na medida em que o indivíduo está sempre inserido em um grupo social. (SILVA, 2016, p. 248; MIRANDA, 2019). As diversas ressignificações sobre o conceito de memória individual contribuíram para o enriquecimento do significado de memória social. A justificativa é que as memórias de um sujeito não podem coexistir isoladamente de um grupo social e, diante disso, as *“lembranças individuais são inevitavelmente reforçadas quando amparadas nas lembranças de outros indivíduos ou do grupo ao qual pertencem.”* (CASIMIRO; SILVEIRA; ALMEIDA, 2014, p. 2149)

Entretanto é importante destacar que a memória coletiva não deve ser compreendida como resultado do conjunto das memórias individuais encontradas em determinado grupo social; pelo contrário, a memória individual é constituída por lembranças que o indivíduo teve daquele grupo social do qual fez parte. *“A memória individual pode confundir-se com a memória coletiva, mas esta não se confunde com as memórias individuais.”* (DIAS, 2015, p. 133)

A memória coletiva é considerada um fenômeno social a partir do processo de reconstrução de um passado vivido pelos sujeitos que interagem entre si dentro de um contexto sociocultural. Logo, o tempo e os acontecimentos se entrelaçam e a interseção destes elementos está repleta de significados, visões e construções dentro das mais diversas temporalidades, que poderão alcançar as próximas gerações. São esses elementos que se tornarão substrato para a História. A memória coletiva não pode se distanciar da História, porque a memória é objeto da História e que a partir dela o historiador pode recorrer ao passado. A História é a *“ciência que estuda os homens no tempo.”* (BLOCH, 2001, p. 55) O tempo é fundamental para o estudo da História. *“Tempo, memória, espaço e história caminham juntos. Inúmeras vezes, através de uma relação tensa de busca de apropriação e reconstrução da memória pela história.”* (DELGADO, 2003, p. 2)

Outra questão levantada por Le Goff (2013) é a relação entre memória e identidade:

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva é não somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória

coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2013, p. 435)

É preciso relacionar os elementos que constituem a memória com as implicações do processo de construção de identidade do indivíduo ou de um grupo social. Nesse sentido, cabe apresentarmos uma análise conceitual sobre identidade. A identidade não é algo fixo ou permanente, é engendrada por processos que se formam e se transformam ao longo do tempo pelos sistemas culturais que nos rodeiam. Segundo Hall,

A identidade é formada na "interação" entre o eu e a sociedade. O sujeito ainda tem um núcleo ou essência interior que é o "eu real", mas este é formado e modificado num diálogo contínuo com os mundos culturais "exteriores" e as identidades que esses mundos oferecem. (...) A identidade torna-se uma "celebração móvel": formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. [...] à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis. (HALL, 2006, p. 11-13)

São significativas as contribuições da discussão sobre a relação entre memória e identidade para a nossa pesquisa porque as identidades individuais dos surdos dentro de um determinado tempo promoveram narrativas coletivas, que por sua vez se enriqueceram com o conhecimento adquirido pelas conquistas, legados, experiências, acontecimentos, rupturas e visões de diferentes temporalidades que marcaram a história coletiva da educação de surdos no Brasil. Essas narrativas ligadas à memória também contribuíram de forma significativa para a própria cultura institucional. Mas onde os surdos poderão encontrar essa memória? A materialidade dessas narrativas de memória se encontra, em grande parte, sob a guarda do Acervo Histórico do INES, um patrimônio histórico e cultural da comunidade surda que se encontra entre a memória e a história. (LE GOFF, 1990, p. 122). Esse patrimônio representa um *construto* social carregado de heranças históricas e culturais da comunidade surda, cuja singularidade abarca bens, valores, ideias que têm como função a comunicação dessa memória coletiva para as futuras gerações.

### 5.1 Os Centros de Memória como lugares de memória e algumas considerações

Com o advento da escrita e a invenção da imprensa por Johann Gutenberg, aumentaram exponencialmente a produção e a circulação de informações. Em decorrência disso houve a necessidade de se registrar, preservar e disseminar o conhecimento, o que favoreceu a criação

de arquivos, bibliotecas, museus ou instituições-memória para a construção social da história e a própria memória da humanidade. (TANUS, 2014, p. 86; SILVA FILHO, 2018, p. 22)

A origem da expressão “lugares de memória” é antiga porque as bibliotecas já eram consideradas espaços de memória como, por exemplo, a maior biblioteca do mundo antigo no século III A.C., a Biblioteca de Alexandria. Esta biblioteca tinha como missão armazenar, preservar e disseminar todo o conhecimento humano da antiguidade. Além de ser um lugar importante de socialização e construção de novos conhecimentos. (GOULEMOT, 2011, p. 37; SILVA FILHO, 2018, p. 21). Entretanto, no final da década de 1970, o historiador francês Pierre Nora argumenta que

os lugares de memória vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é necessário criar arquivos, manter aniversários, organizar celebrações, notariar atos, porque estas operações não são naturais. (NORA, 1993, p. 13)

Diante da resignificação desses lugares de memória, Jacques Le Goff (2013), a partir da publicação do verbete “Memória,” de Pierre Nora, exemplifica esses espaços como

Lugares topográficos, como os arquivos, as bibliotecas e os museus; lugares monumentais como os cemitérios e arquiteturas; lugares simbólicos como as comemorações, as peregrinações, os aniversários ou os emblemas; lugares funcionais, como os manuais, as autobiografias ou as associações. (LE GOFF, 2013, p. 474)

Os lugares de memória surgiram por conta das limitações da memória humana; o homem precisou criar as instituições de memória (memórias artificiais), como forma de compensar o esquecimento humano. Diante disso, criaram-se museus, arquivos, centros de documentação, bibliotecas, instituições-memória e outros similares que tiveram como finalidade armazenar os vestígios da memória. (OLIVEIRA; RODRIGUES, 2011, p. 312)

Para Nora, esses lugares são depositórios de salvaguardas das memórias, de forma que os vestígios e os rastros do tempo não se percam no passado, mas sejam criados e recriados. (GONÇALVES, 2015, p. 16; GISLON, 2016)

Esta nossa pesquisa, então, se detém no papel dos Centros de Memória, sobre os quais é preciso mencionar a origem e trajetória, a fim de compreendermos a sua função social. De acordo com Dodebei (2011), não havia uma separação muito nítida entre bens culturais, informacionais e documentais. Inicialmente a cultura estava relacionada com os museus, a informação, com as bibliotecas e os documentos administrativos, com os arquivos. Mas a partir de 2005, os centros de memória surgiram e se multiplicaram e todos esses materiais foram absorvidos por instituições como patrimônio cultural. “*Todas essas casas*” tonaram-se “*casas*

*de patrimônio*”, ou seja, tornaram-se um pouco de museus, arquivos e bibliotecas. (DODEBEI, 2011, p. 2). O ponto comum entre as três áreas supracitadas é trabalhar com a coleta, organização, tratamento, gerenciamento, guarda, preservação e disseminação da informação. (BARBANTI, 2015, p. 17-19)

Os Centros de Memória são instituições híbridas, porque há diversidade de patrimônios em seus acervos; além disso têm como atividade-fim a “*disponibilização desse material construtor e identificador da memória*”. (BARBANTI, 2015, p. 156) Outro fator que os difere dos demais espaços é o oferecimento de informações de caráter histórico especializado em demandas específicas do público interno da instituição, ao qual o centro de memória está vinculado, além de atender a pesquisadores externos. Os Centros de Memória abarcam uma herança cultural, histórica e social das coletividades e seus acervos são formados basicamente por bens tangíveis e intangíveis.

A concepção de memória está associada a uma construção social em constante progresso, porque a partir das informações registradas nos documentos, nos testemunhos materiais e imateriais, podemos refletir sobre a complexidade de cada tempo. Os Centros de Memória não devem ser compreendidos como unidades estáticas, posto que além de seus acervos serem difusores de conhecimento, sua materialidade também se expande na aquisição de novos itens de sua composição arquivística, bibliográfica e museológica. Como podemos observar, os Centros de Memória são constituídos por diversas fontes. Diante disso, apresentamos a seguir algumas considerações sobre os tipos de patrimônio e as coleções que compõem os seus acervos. Em relação aos patrimônios bibliográfico e arquivístico, assumimos as definições de Arellano (2020):

**Patrimônio Bibliográfico** - É a parte integrante do patrimônio cultural, é fundamental para o reconhecimento destes bens quanto à identidade, preservação da memória e à possibilidade de novos usos e significados, que possam ser produzidos a partir da comunidade em que estão inseridos. (...) São um **conjunto de bens culturais de natureza bibliográfica (manuscritos, incunábulo, livros, periódicos, mapas, folhetos e obras de referência)**, cuja raridade a eles atribuída reconhece o seu valor para a história e a memória deste país ao longo dos séculos, os quais foram elaborados, publicados e utilizados por seus cidadãos dentro do próprio território. (...) (ARELLANO, 2020) (grifos nossos)

**Patrimônio Arquivístico** - Algumas das informações pessoais (**e-mails, páginas familiares, mensagens e fotografias etc.**) e que não estão diretamente relacionadas ao mundo das bibliotecas, pertencem à esfera do que é desejável e necessário para essas organizações preservarem. (...) Compõe **uma enorme quantidade de material de arquivo a ser preservado: registros, certificados, atas, ofícios, e-mails, memorandos, relatórios, contratos, patentes etc.** (ARELLANO, 2020) (grifos nossos)

Em relação ao patrimônio museológico, assumimos a concepção de Rangel e Nascimento Júnior (2015):

**Patrimônio Museológico** - todos os bens culturais que, ao serem retirados dos seus contextos de origem e levados para o interior dos museus, se transformam em testemunhos materiais e imateriais da trajetória do homem sobre o seu território, tendo neste novo arranjo adquirido uma realidade cultural específica, ou seja, bens culturais que passaram pelo processo de musealização (RANGEL; NASCIMENTO JÚNIOR, 2015, p. 309).

Diante da diversidade de acervos que compõem os Centros de Memória, o seu conceito se torna desafiador e complexo. Tomamos aqui como exemplo o conceito assumido pelo Instituto Itaú Cultural, associando o Centro de Memória à memória institucional e à preservação cultural de determinada comunidade:

É uma área de uma instituição cujo objetivo é reunir, organizar, identificar, conservar e produzir conteúdo e disseminar a documentação histórica para os públicos interno e externo ecoando os valores das instituições. Os Centros de Memória geram produtos e serviços, dialogando com o campo da gestão do conhecimento, da comunicação e da cultura organizacional. Foram criados como uma necessidade institucional para responder a uma demanda por informação especializada relativa à sua trajetória. (ITAÚ CULTURAL, 2013, p. 12)

Os Centros de Memória representam a materialização das memórias de diferentes grupos sociais. São espaços que foram concebidos para registrar, guardar e preservar a memória materialmente de um povo, de uma cidade, de uma instituição, de um país. Essas instituições de memória têm como função social a produção de conhecimento em sua área específica. Entretanto os espaços de memória também podem representar incômodo a grupos sociais quando seu acervo tem potencial de fazer emergir um passado que se quer esquecer. Os acervos podem ser objetos de ação violenta de descarte interessado na destruição ou na negação de incorporação de documentos, para que não possa emergir parte da história de um povo (holocausto), de um país (períodos de violência de Estado), de uma etnia, de massacres coletivos. Tomemos como exemplo a ação deliberada de destruir a documentação sobre a escravidão no Brasil, como se fosse possível apagar a memória para promover uma assepsia em nosso passado sombrio.

## 5.2 Acervo Histórico do INES

O campo de pesquisa selecionado para este trabalho é o Acervo Histórico do INES por se tratar de um lugar de memória que representa a materialidade das informações sobre a história da educação de surdos no Brasil. O acervo deste Centro de Memória representa a convergência entre a História, a Memória e o Patrimônio. Esses elementos foram norteadores para a criação desse espaço específico para custodiar, salvaguardar e preservar as coleções arquivísticas, bibliográficas e museológicas do Instituto.

As informações em que nos baseamos para descrever a importância do Acervo Histórico do INES foram fundamentadas em documentos administrativos e arquivísticos da própria Instituição, em diversas publicações, como a tese de autoria da Professora Solange Rocha, os livros lançados em comemoração ao percurso histórico do INES – Edição Comemorativa dos 140 anos – sob o título de “*Histórico do INES*” publicada pela Revista Espaço, “*O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do INES e seu percurso de 150 anos*” e “*Instituto Nacional de Educação de Surdos: uma iconografia dos seus 160 anos*”. Além disso, pesquisamos e consultamos dissertações e teses que fizeram menções relevantes a este lugar de memória, com destaque à dissertação de Roberta Albuquerque sob o título de “*As vozes e a memória do silêncio: a importância da atuação dos museus na reconstituição e na preservação da memória surda*”.

Diante do exposto, ratifica-se o argumento de o Acervo Histórico do INES, como um Centro de Memória, representar a materialidade das informações sobre a memória institucional, em cuja imersão podemos ter conhecimento da história da educação de surdos no Brasil e da própria memória coletiva da comunidade surda.

Consideramos relevante descrever o espaço físico deste Centro de Memória, tornando-o visível àqueles que ainda não tiveram a oportunidade de visitá-lo. Este acervo está localizado numa pequena casa de dois andares, anexa ao prédio principal da Instituição, construída na primeira década do século XX<sup>3</sup>. Essa construção inicialmente serviu de residência para os diretores do Instituto. Posteriormente, na década de 1950, passou a ser usada como dormitório feminino e depois foi utilizada para receber as crianças do então Jardim de Infância. Em 1999, este anexo foi reformado e desde então passou a armazenar, reunir e preservar a memória da

---

<sup>3</sup> A instituição foi fundada para meninas surdas e meninos surdos. Entretanto, por volta da segunda metade do século XIX elas foram impedidas de continuarem estudando. A indicação era a de que seus estudos fossem realizados em âmbito familiar, e que deveriam apreender habilidades de costura e bordado. A sede atual foi construída com o argumento da necessidade de retorno das meninas, com isso seria criada uma ala feminina separada do masculino.

Instituição. (ROCHA, 2009, p. 34) Atualmente o primeiro andar abriga o Acervo Histórico do INES e o segundo andar, o Núcleo de Educação Online (NEO). Quando adentramos no Centro de Memória, deparamo-nos com um lindo salão com o piso de madeira maciça, algumas estantes de madeira com portas de vidro para armazenar as obras raras. Este espaço também conta com uma grande mesa retangular de madeira onde há alguns materiais expostos e uma outra mesa pequena para atendimento aos usuários. Gostaríamos de fazer uma observação em relação à mesa retangular. Este item foi instrumento de trabalho do mestre da alfaiataria Natalino Mazzo, meu pai, para as aulas de corte e costura que ele ministrava com tanto carinho e dedicação. Quando teve o privilégio de visitar esse espaço como participante numa roda de conversa sobre memória, emocionou-se muito ao verificar que a sua mesa de trabalho se tornara um item museológico do INES.

Neste mesmo salão também se encontram algumas esculturas produzidas pelos alunos surdos do Instituto, na década de 1950. Os outros três ambientes foram divididos pelo tipo de patrimônio: na primeira sala, à esquerda, encontra-se a biblioteca, na segunda sala estão armazenados os itens arquivísticos, e no terceiro ambiente estão guardados os itens museológicos.

A construção do Acervo Histórico do INES foi idealizada na gestão da Diretora Lenita de Oliveira Viana, que se manteve na direção da Instituição no período de 1985 a 1990. Por meio da Portaria nº 7 de 26 de setembro de 1986, constituiu a “Comissão Permanente Pró-Memória do INES”, com a finalidade de realizar as atividades de pesquisa, levantamento e organização dos itens históricos do Instituto. Dentre os membros indicados por esta diretora, estava a historiadora e professora Solange Rocha, que se tornou a responsável pelo Acervo Histórico do Instituto. Na segunda metade da década de 1990, a professora Solange reorganizou o acervo, reuniu objetos e documentos e transferiu para a casa anexa ao prédio principal todo o conjunto do material dessa memória histórica (ROCHA, 2009, p. 34; ALBUQUERQUE, 2018, p. 73; LAGE, 2019, p. 39). Essa iniciativa teve por objetivo valorizar as fontes documentais e consequentemente preservar a história da instituição, assim como salvaguardar o processo histórico do sistema educacional de surdos no Brasil.

Analisando este ato administrativo podemos perceber que a ideia dessa gestão era realmente valorizar e preservar a memória histórica do INES, e a organização desse material trouxe-nos reflexões importantes sobre a própria concepção da memória social da comunidade surda usuária de Libras.

Le Goff (1990), em sua obra *História e memória*, traz uma discussão relevante sobre a diferença entre as sociedades de memória oral e escrita quanto às suas formas de transmissão e

armazenamento. Nesse sentido são significativas as contribuições trazidas dessa discussão porque, mesmo os surdos vivendo numa sociedade de memória escrita, sob a influência dos ouvintes, eles se configuram na oralidade. É importante ressaltar que sua ferramenta para a transmissão da história e o fortalecimento de sua memória é feita através da língua de sinais. Embora o INES guarde e conserve a maior parte de sua memória através de registros escritos, a propagação das narrativas em língua de sinais (orais) e imagéticas ficou por conta de professores, funcionários e alunos que passaram pelo Instituto. Le Goff (1990) denomina “homens-memória” a esses propagadores do já vivido. São aqueles que viveram na instituição e contribuíram para a construção da memória institucional e social da comunidade surda. Contudo, essas memórias correm o risco de serem esquecidas ou perdidas no tempo, num processo natural de apagamento das memórias humanas.

O referido Centro de Memória caracteriza-se, sobretudo, pela heterogeneidade que compõe o seu acervo. Além disso, o espaço é constituído de itens reproduzidos dos acervos da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, Arquivo Municipal do Rio de Janeiro, Museu Imperial de Petrópolis, acervo pessoal do pesquisador surdo Otaviano de Menezes Bastos, dentre outros, e de doações de acervos pessoais de professores, alunos e funcionários que passaram pelo Instituto (ROCHA, 2018, p. [9]). O Acervo Histórico do INES promove, portanto, a valorização da pesquisa documental através da divulgação e preservação de seu patrimônio, com itens nacionais e internacionais dos séculos XVIII, XIX, XX, cujos conteúdos bibliográficos, arquivísticos e museológicos compõem um acervo de singularidades, preciosidades e raridades que contam o processo histórico da educação, socialização e profissionalização dos surdos no Brasil.

A coleção de obras raras do Acervo Histórico do INES é constituída de diversas tipologias documentais referentes à sua trajetória histórica. Contudo, não iremos quantificar os itens que compõem o seu acervo, apenas apresentaremos abaixo uma pequena descrição dos itens que podem ser encontrados em cada categoria documental. É importante destacar um trabalho realizado anteriormente por uma bibliotecária, que identificou 178 (cento e setenta e oito) obras raras e 8 (oito) títulos de periódicos estrangeiros raros.

Quadro 2 - Descrição dos itens que compõem cada categoria documental do Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos

<b>Acervo bibliográfico</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Obras raras - trata sobre a surdez e a história da educação de surdos dos séculos XVIII, XIX e XX. Destaque para obras que retratam a vida e a obra do Abade de L'Épée. Segundo Fernandes (2012), as suas pesquisas inspiraram vários escritores a abordarem sobre a educação de surdos, além disso, ele tinha preocupação com a situação dos surdos em outros países. Os seus sucessores tornaram-se grandes educadores surdos e fundaram escolas em alguns países, como por exemplo “<i>o abade Storck, em Viena; o abade Sylvestri, em Roma; M. Ulrich, na Suíça; MM. Dangulo e D'Aléa, na Espanha; MM. Dole e Guyot, na Holanda; os abades Sicard, Salvan e Hubby, na França</i>”. (FERNANDES, 2012, p. 94-95). Outra obra rara é o Livro <i>Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos</i>, publicado em 1875, em que o ex-aluno Flausino José da Gama, que trabalhou no Instituto como repetitor<sup>4</sup> no período de 1871-1879, desenhou os sinais representativos da língua de sinais da época;</li> <li>• Biblioteca Ana Rimoli de Faria Doria - destaque para os livros de sua autoria <i>Introdução à didática da fala (1959)</i>, <i>Compêndio de educação da criança surdo-muda (1958)</i> e <i>Manual de educação da criança surda (1961)</i>;</li> <li>• Livros - acervos pessoais de professores, alunos e profissionais que passaram pela Instituição;</li> <li>• Livros publicados pelo INES - destaque para a Série Histórica publicada em 8 volumes. Nos anos de 2011, 2012, 2013 e 2014, o Instituto publicou, com a curadoria da professora Solange Rocha, uma coleção denominada Série Histórica que conta com oito volumes: <i>v.1 – Iconographia dos Signaes dos Surdos Mudos</i>; <i>v.2 - Atas de Congresso de Milão 1880</i>; <i>v.3 – Compêndio para o ensino dos Surdos-Mudos</i>; <i>v.4 – L'Abée Sicard: célèbre instituteur des sourds-muets, successeur immédiat de L'Abée de L'Épée</i> - <i>v. 5 – Congresso Internacional para estudo das questões de educação e assistência de surdos mudos</i>; <i>v. 6 – A surdo mudez no Brasil</i>; <i>v.7 – A palavra: ensinando ao surdo-mudo curso de fonomímia</i> e <i>v.8 A história de minha vida, Helen Keller</i>. A curadoria dessa publicação buscou contemplar temas de interesse para a pesquisa acadêmica. Desse primeiro conjunto cinco obras foram traduzidas do francês (v.1, v.3, v.4, v.5, v7), uma do inglês (v.2), uma do alemão (v.8) e uma republicação de uma obra francesa traduzida para o português na década de 1880 (v.2), com uma média de 3.000 exemplares cada, distribuídas para Universidades, pesquisadores e demais interessados.</li> <li>• Anais de eventos - destaque para Anais da Primeira Conferência Nacional de Professores Surdos. Trata-se de um evento sobre a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro desenvolvido pela Diretora Ana Rímoli e que aconteceu por ocasião das comemorações do centenário do Instituto. Este evento foi realizado no</li> </ul>

<sup>4</sup> De acordo com ROCHA (2009), o repetidor tinha várias funções. Dentre elas “*assistir e depois repetir as lições do professor, deveria acompanhar os alunos no recreio e no retorno à sala de aula, bem como acompanhar os visitantes do Instituto, pernoitar com os alunos internos, corrigir os exercícios e substituir os professores. Eram nomeados se provassem estar habilitados quanto aos conteúdos da matéria escolhida. Havia um repetidor para cada disciplina*” (ROCHA, 2009, p. 42).

auditório do INES. De acordo com Rocha, a diretora Ana Rímoli teve por objetivo promover a educação de surdos e dar prosseguimento à formação de professores especializados para atuarem nas futuras escolas que seriam abertas para atender aos surdos. (ROCHA, 2014, p. 74);

- Multimeios - fitas VHS, DVD - registros de imagens e entrevistas;
- Manuscritos - documento original do Institut des Jeunes Sourds de Paris que apresenta exercícios de religião desenvolvidos por E. Huet, fundador do Instituto, nos quais ele descreve a vida de José do Egito e a paixão de Jesus Cristo. (FERNANDES, 2012, p. 95);
- Coleção de periódicos - destaque para Revista Ephphata;
- Folhetos;
- Obras de referência;
- Materiais pedagógicos;
- Livros em comemoração do percurso histórico do INES de autoria da professora Solange Rocha – Edição Comemorativa dos 140 anos – sob o título de “*Histórico do INES*” publicada pela Revista Espaço, “*O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do INES e seu percurso de 150 anos*” e “*Instituto Nacional de Educação de Surdos: uma iconografia dos seus 160 anos*”.

#### **Acervo museológico**

- Esculturas - Esculturas produzidas pelos alunos surdos do Instituto no Curso de Artes Plásticas sob a orientação dos professores da Escola Nacional de Belas Artes no período da década de 1950. Dentre as esculturas de maior destaque encontram-se um busto da Diretora Ana Rímoli e a outra de Tiradentes com dois metros de altura (ROCHA, 2009, p. 80);
- Itens usados em sala de aula;
- Itens usados nas oficinas profissionalizantes;
- Mobiliários;
- Outros itens - lustre da década de 1910 e azulejo hidráulico;
- Objetos - canetas tinteiro da década de 1930;
- Objetos que retratam cotidiano escolar;
- Objetos que retratam eventos comemorativos;
- Equipamentos de audiologia

#### **Acervo arquivístico**

- Livros de minutas da diretoria;
- Correspondências, ofícios e outros documentos administrativos;
- Livro de Registro de Matrículas;
- Diários de classe - destaque para os diários de classe de 1910 e 1920;
- Relatórios de professores;
- Fotografias;
- Planos de aula;
- Produções de alunos;

- Pareceres;
- Cadernos;
- Cartilhas de alfabetização;
- Fichas de avaliação;
- Fichas de matrícula de professores;
- Cadernetas de alunos;
- Fichas de avaliação audiométrica;
- Dois documentos importantes relativos à fundação do INES 1856-1857;
- Cartas de familiares de surdos endereçadas à diretoria pedindo a permanência dos mesmos no instituto (década de 1930)

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste acervo há registros singulares que transcendem a própria missão do INES, pela riqueza de elementos afetivos que se configuram em potenciais fontes primárias. Destacamos aqui o movimento de alunos e ex-alunos que trazem para o Acervo objetos de sua vida escolar, (cadernetas, troféus, blusas, dentre outras) para serem inseridos no acervo. Portanto, esse espaço viabiliza a construção de novas leituras sobre a história da educação de surdos. Segundo Bloch (2001), a análise histórica sugere ser um instrumento para compreendermos o passado, entretanto frisa que não devemos julgá-lo. Mas isso não significa sermos passivos, pelo contrário, mas fazemos uma junção entre o ofício do historiador com o do pesquisador. Como diz Bloch: “*devemos ser andarilho fiel a seu dever de exploração e aventura.*” (BLOCH, 2001, p. 21). Nesse sentido, Nora (1993) afirma que “(...) *o dever da memória é fazer de cada um historiador de si mesmo*”. (NORA, 1993, p. 17)

A casa que preserva esse acervo institucional histórico tornou-se uma referência nacional, um espaço de compreensão, reflexão e enriquecimento, quando se examina o patrimônio e o processo histórico da educação de surdos. Diante disso despertou e ainda desperta o interesse de visitantes surdos, ex-alunos do INES, professores e pesquisadores de todo o país, desmistificando uma herança de significados. Como prática de valorização deste patrimônio, professores do INES realizam ações educativas neste local, a fim de legitimar aos alunos, desde cedo, a difusão de narrativas sobre o passado e a construção de uma memória coletiva, como elemento referencial na constituição da sua própria identidade.

Nesse sentido, a memória torna-se viva, como nos diz Nora:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. (NORA, 1993, p. 9)

É essa relação entre o espaço e a memória que faz com que os surdos possam se apropriar de sua própria história. A materialidade deste espaço físico evoca uma lembrança do passado, elementos esses simbólicos e significativos, que irão auxiliar aos surdos no processo de formação da sua identidade e pertencimento. Na tentativa de compreendermos essa herança de significados ligados à memória, identidade e pertencimento, tomaremos como contribuição os conceitos definidos por Pollack e Le Goff.

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (POLLAK, 1992, p. 204)

Nesta mesma perspectiva, Le Goff (2013) também justifica a reconstrução da memória como instrumento de fazer-se conhecer e reconhecer num processo histórico interior, através da resignificação de fatos ou de processos históricos mais amplos.

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia. Mas a memória coletiva não é somente uma conquista é também um instrumento e um objeto de poder. São as sociedades cuja memória social é sobretudo oral ou que estão em vias de constituir uma memória coletiva escrita que melhor permitem compreender esta luta pela dominação da recordação e da tradição, esta manifestação da memória. (LE GOFF, 2013, p. 435)

Diante do exposto, podemos perceber que a identidade se torna um fator relevante para a valorização da memória institucional, porque este espaço reflete a memória nacional viva da educação de surdos, resgatando informações do passado que ajudaram a construir a trajetória do INES. Além disso, essa memória traz vestígios, marcas e narrativas deixadas pelos sujeitos no passado, a fim de nos trazer a compreensão do presente e ao mesmo tempo nos impulsionar a planejar ações futuras. Nesse sentido, Nora (1993) afirma que o lugar de memória “*é um lugar duplo: de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas significações*”. (NORA, 1993, p. 21)

Esse Centro de Memória se configura certamente um espaço de custódia, difusão de saberes ou núcleos culturais de formação, transmissão de heranças identitárias; e principalmente a organização e a preservação dessas informações tornam-se instrumentos importantes para a constituição da memória institucional (SANTOS, 2018, p. 83).

Esses saberes, em estado de silêncio para muitos, são pilares mantenedores da memória da educação de surdos no Brasil, os quais por meio do exame de objetos, livros, fotografias,

testemunhos, documentos, e, sobretudo, por todos os sujeitos que passaram e deixaram as suas marcas, nos possibilitam conhecer e produzir a escrita da história sobre o INES. De acordo com Le Goff (2013), é “[a] *memória, a qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, [que] procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro*”. (LE GOFF, 2013, p. 437). Mas para mantermos essa memória latente é preciso que esteja registrada em suportes visuais para darmos acesso linguístico aos surdos, já que a maior parte do acervo é essencialmente escrita. É necessário pensarmos no acesso sob a perspectiva bilíngue para que os surdos também tenham o privilégio de fazer novas interpretações e reflexões acerca da história coletiva da comunidade surda.

## 6 DIÁLOGOS TEÓRICOS E MARCOS LEGAIS

Para dialogar com este trabalho, realizamos uma pesquisa sobre acessibilidade em centros de memória nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Base de Dados Referenciais de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI) e no repositório dos Encontros Nacionais de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciência da Informação - Benancib. Ressaltamos que as bases referenciais selecionadas representam relevância para a produção científica no formato eletrônico em nosso país. As palavras-chave utilizadas na pesquisa dessas bases foram “centro de memória” (adotamos aspas para localizar a expressão exata), acessibilidade e surdos. Nas bases SciELO e BRAPCI não foram localizados artigos sobre o tema. Por meio do Benancib, chegou-se a 498 referências, embora, mesmo diante da alta revocação, não foi localizada publicação precisa sobre o tema referido. Diante do resultado dessa pesquisa nas bases referenciais e numa reflexão sobre a principal temática dessa dissertação, apresentamos: uma breve abordagem sobre o processo histórico legislativo dos direitos das pessoas com deficiência; algumas considerações sobre a comunidade surda e seu acesso linguístico; a importância da acessibilidade comunicacional sob a perspectiva da acessibilidade informacional; e por último a sugestão do emprego do QR Code como ferramenta de tecnologia assistiva para dar acesso linguístico à comunidade surda. Todos esses elementos foram essenciais para a consecução do objetivo desta pesquisa.

### 6.1 Normas brasileiras dos direitos da pessoa com deficiência

Na tentativa de compreendermos a trajetória histórico-social dos processos de exclusão e inclusão das pessoas com deficiência, foi realizada uma pesquisa legislativa com abordagem qualitativa das principais normas internacionais que influenciaram o Brasil no tocante aos direitos destas pessoas. O ponto de partida para esta análise foi a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD), porque a partir desta norma iniciou-se o processo de transição do paradigma do assistencialismo para o reconhecimento e a emancipação dos direitos da pessoa com deficiência. Na alínea “e” do preâmbulo desta Convenção, a deficiência é entendida como

(...) um conceito em evolução é que a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência; e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade em igualdade de oportunidades com as demais pessoas. (BRASIL, 2009)

Interessante destacarmos o conceito de deficiência citado na CDPD, porque antes da promulgação desta Convenção, a pessoa com deficiência era vista apenas pelo seu aspecto clínico ou por seus atributos biológicos, ou seja, por suas limitações físicas, mentais, intelectuais e sensoriais. Esta convenção demonstrou que a deficiência deveria ser avaliada pela dificuldade de interação entre o indivíduo com o seu meio social, ou seja, reforça o processo de inserção social das pessoas com deficiência à sociedade. Em outras palavras, a definição apresentada na Convenção prioriza a dimensão social, independentemente da limitação do indivíduo.

Após os Tratados Internacionais sobre Direitos Humanos e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência das Nações Unidas, houve um avanço na forma de olhar e tratar as pessoas com deficiência. Nessa nova perspectiva, abandonam-se os modelos impostos pela nossa sociedade e passa-se a exigir adequações, ajustes, propondo-se que a acessibilidade não seja tarefa exclusiva da sociedade civil, mas também uma obrigação do Estado. É a tentativa de se criar uma consciência coletiva em relação à igualdade de direitos e de oportunidades, além de potencializar o exercício, a proteção e a autonomia das pessoas com deficiência e sua participação efetiva na sociedade como cidadãos.

De acordo com Feijó e Pinheiro (2012), três Convenções internacionais influenciaram as normas brasileiras: a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, a Convenção da Guatemala e a Convenção sobre o Direito das Pessoas com Deficiência. (FEIJÓ; PINHEIRO, 2012). A Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, de 9 de dezembro de 1975, trazia o conceito de “pessoa deficiente”, como

qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais. (ONU, 1975)

Segundo Feijó e Pinheiro (2012), esta nomenclatura influenciou na concepção do termo “pessoa portadora de deficiência”, presente na Constituição Federal brasileira de 1988. (FEIJÓ; PINHEIRO, 2012)

Após a promulgação da Constituição Federal de 1988, o primeiro avanço efetivo nas normas brasileiras sobre a acessibilidade foi a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, regulamentada pelo Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004. A Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para promover acessibilidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Já o Decreto representou um grande avanço no conceito de acessibilidade

empregando “*a utilização, com segurança e autonomia (...) dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação.*” (BRASIL, 2004)

A Convenção de Guatemala tratou da eliminação de discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência e foi ratificada em nosso país pelo Decreto nº 3.956 de 08 de outubro de 2001. Neste Decreto, o Brasil se compromete, seja nas esferas legislativa, educacional, social ou trabalhista, a eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas com deficiência, além de sua plena integração à sociedade.

A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência se tornou o primeiro tratado internacional de direitos humanos a ser internacionalizado no Brasil como emenda à norma constitucional, por força do artigo 5º, § 3º do texto constitucional de 1988. O Brasil assinou esta Convenção em 2007, a qual foi promulgada depois de dois anos pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. O objetivo desta Convenção está descrito em seu primeiro artigo como:

promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente. Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2009)

A Lei nº 13.146, mais conhecida como a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), publicada em 06 de julho de 2015, representa um grande avanço na inclusão das pessoas com deficiência na sociedade brasileira. Nesta norma estão previstas questões relacionadas à acessibilidade, trabalho, educação e combate à discriminação das pessoas com deficiência, aliadas ao conceito de integração total. (AGÊNCIA SENADO, 2016)

O resgate dessa trajetória legislativa apresentada nesta seção teve como propósito registrar a memória construtiva do movimento das pessoas com deficiência no tocante à garantia dos seus direitos. É através dessa memória que fortalecemos os movimentos sociais, principalmente no que se refere ao respeito às diferenças e à participação das pessoas com deficiência na sociedade, em igualdade de condições. Sabemos que o cenário atual ainda está longe de ser o ideal, mas essa revisita ao passado, por intermédio de narrativas históricas e acontecimentos, nos possibilita seguir daqui por diante.

## 6.2 Acessibilidade

Em relação ao acesso linguístico aos lugares de memória supracitados, cabe aqui explicitar o conceito e as questões de acessibilidade, mais propriamente a acessibilidade comunicacional. Nesse sentido, apresentamos uma breve análise teórica e legislativa sobre acessibilidade (Decreto 5296/2004, Decreto 6949/2009 e a Lei 13146/2015), com ênfase na acessibilidade comunicacional, sob a perspectiva do acesso informacional (Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT 9050/2004 e 15599/2008). O acesso à informação é um dos pilares do processo de interação do indivíduo com a sociedade. Diante disso, os espaços informacionais, no caso os Centros de Memória, devem não apenas adequar os seus espaços físicos como também planejar os seus serviços e produtos, incluindo o acesso linguístico para os surdos usuários de Libras.

A acessibilidade tem sido um tema amplamente discutido na sociedade contemporânea, no sentido de se criarem elementos necessários para a construção de uma sociedade inclusiva e democrática. Mas o que significa acessibilidade? De acordo com a Norma NBR 9050, atualizada em 2004, acessibilidade é a

possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. (ABNT, 2004, p. 2).

Já no Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e na Norma NBR 9050 de 2004 com atualização em 11/10/2015, o conceito de acessibilidade passa a ser definido como:

possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (ABNT, 2015, p. 2)

Diante das normas apresentadas, podemos perceber que o conceito de acessibilidade foi sendo ampliado e, com a publicação de atos normativos, começaram a ser previstas ações capazes de assegurar a garantia dos direitos fundamentais da pessoa com deficiência, com tratamento isonômico visando à proteção da dignidade humana. A acessibilidade é um instrumento para a eliminação de barreiras sociais, é a garantia de que pessoas com deficiência

exercem plenamente os seus direitos, tornando a sua inclusão efetiva, ou seja, que a elas seja permitida a inserção na sociedade em diversas áreas, como educação, cultura, saúde, lazer etc.

De acordo com Sasaki (2013), essa amplitude do conceito de acessibilidade pode ser didaticamente classificada em seis dimensões: atitudinal, arquitetônica, metodológica, programática, instrumental e comunicacional. (SASSAKI, 2013). A partir desses espectros da acessibilidade, destacamos a dimensão comunicacional que tem por objetivo eliminar as barreiras de comunicação interpessoal e escrita. Nessa perspectiva o desenvolvimento desse trabalho teve como proposta de acessibilidade informacional a utilização do QR Code como instrumento de tecnologia assistiva para garantir aos surdos, usuários da Libras, o acesso às informações de forma autônoma nos processos de construção e apreensão de conhecimento dentro do espaço do Acervo Histórico do INES.

Todavia, antes de nos aprofundarmos na questão da acessibilidade informacional, salientamos que em sua dimensão atitudinal é o alicerce das demais dimensões apresentadas, porque inicia a eliminação de barreiras sociais para o processo de inclusão. As barreiras atitudinais são atitudes que passam despercebidas ou são intencionais, mas que podem ser caracterizadas como ações, comportamentos, atitudes, linguagens inapropriadas, infelizmente ainda comuns em nossa sociedade. A materialização destas atitudes corrobora no processo de discriminação, ignorância, marginalização, segregação e exclusão social. Para enfrentar essas barreiras sociais construídas ao longo da história, devemos estar atentos à diversidade humana com suas características e potencialidades, promovendo condições de igualdade na busca de direitos e de uma consciência inclusiva. Esse processo de conscientização inclusiva deve ser constante, pois pessoas com deficiência não estão nos pedindo favores, mas o cumprimento legal das normas vigentes que é a garantia do gozo, da fruição do exercício pleno de seus direitos no acesso aos espaços e ao conhecimento.

#### 6.2.1 Acessibilidade comunicacional sob a perspectiva do acesso à informação pelos surdos

Podemos perceber que a vida social das pessoas que demandam acessibilidade não se restringe à questão arquitetônica, espacial, o que é comumente pensado. Acessibilidade abrange uma dimensão muito maior do que a adaptação de espaços físicos. No caso dos surdos, a barreira comunicacional se dá tanto nas relações interpessoais quanto na leitura e na escrita em ambientes presenciais e virtuais. Grande parte da produção humana está registrada através da escrita. O fenômeno da escrita para muitos historiadores é o marco que delimita a história da

pré-história. Entretanto, para os surdos que não têm acesso significativo à Língua Portuguesa e que têm sua vida estruturada na língua de sinais, como pensar acessibilidade?

Acessibilidade é aqui entendida num sentido lato. Começa nos aspectos físicos e arquitetônicos, mas vai muito além, uma vez que toca outros componentes determinantes, que concernem a aspectos intelectuais e emocionais: acessibilidade da informação e do acervo. Uma boa acessibilidade do espaço não é suficiente. É indispensável que se criem condições para compreender e usufruir os objetos expostos num ambiente favorável. Para, além disso, acessibilidade diz respeito a cada um de nós, com todas as riquezas e limitações que a diversidade humana contém e que nos caracterizam, temporária ou permanentemente, em diferentes fases da vida. (INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS, 2004 *apud* COHEN; DUARTE; BRASILEIRO, 2012, p. 39)

Portanto, comunicação e acessibilidade são dimensões inseparáveis para a comunidade surda que se expressa através da língua de sinais. Segundo Bordenave, “*a comunicação é uma necessidade básica da pessoa humana, do homem social.*” (BORDENAVE, 1982 *apud* SILVA; ROJAS; TEIXEIRA, 2015, p. 4)

(...) a comunicação é a força que dinamiza a vida das pessoas e das sociedades: a comunicação excita, ensina, vende, distrai, entusiasma, dá status, constrói mitos, destrói reputações, orienta, desorienta, faz rir, faz chorar, inspira, narcotiza, reduz a solidão e – num paradoxo digno de sua versatilidade - produz até incomunicação. (BORDENAVE, 1986 *apud* SILVA; ROJAS; TEIXEIRA, 2015, p. 4)

No preâmbulo da Convenção dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD), a comunicação

abrange as línguas, a visualização de textos, o braile, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis. (BRASIL, 2009)

No artigo 21 da CDPD, a acessibilidade comunicacional é tratada como medida apropriada para assegurar às pessoas com deficiência o seu direito à liberdade de expressão e opinião. Inclusive a liberdade de buscar, receber e compartilhar informações e ideias, em igualdade de condições com as demais pessoas, por intermédio de todas as formas de comunicação de sua escolha. As medidas mencionadas são:

a) fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;

- b) aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios, modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;
- c) urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da Internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência;
- d) incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;
- e) reconhecer e promover o uso de línguas de sinais. (BRASIL, 2009)

#### 6.2.1.1 ABNT NBR 15599:2008 - Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços

Antes de comentarmos sobre a NBR 15599, é importante esclarecer que leis, decretos e regulamentos representam as diretrizes e o seu detalhamento fica por conta das Normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). Essas normas podem ser qualificadas como atos normativos secundários, porque são equiparados à lei na forma material. As normas têm por objetivo produzir

documentos normativos e avaliação de conformidade, que permita a produção, a comercialização e o uso de bens e serviços de forma competitiva e sustentável nos mercados interno e externo (...). (ABNT)

A NBR 15599 trata da acessibilidade de comunicação na prestação de serviço público. Esta norma apresenta orientações que estão fundamentadas “*no princípio da redundância que requer múltiplos meios de transmissão, vias alternativas e atalhos, para a recepção da mensagem*”. No item 5.1.1.1 orienta que as informações devem ser “*prestadas diretamente ao real solicitante, não ao intermediário ou acompanhante do surdo (guia intérprete, intérprete de Libras ou outros)*.” Já o item 5.2.3.1 menciona a possibilidade de o atendimento ser feito por meio de equipamentos, “*desde que haja um tempo hábil para que o deficiente possa usar os serviços com autonomia*.” (ABNT, 2008, p. 1-6)

Com relação ao acervo bibliográfico, esta norma da ABNT orienta que o acesso informacional deve contemplar versões para os diversos sentidos de percepção, destacando a produção de registros em Libras através de fitas VHS, CD-Rom interativos, DVD, dicionários ilustrados dentre outros. (ABNT, 2008, p. 9)

Quanto aos museus, espaços culturais e bibliotecas, a norma menciona algumas ferramentas que podem ser utilizadas como meios de oferecer acessibilidade comunicacional:

- 5.4.1 Museus, exposições e espaços culturais - os museus, espaços de exposição e espaços culturais devem ter disponíveis e oferecer: (...) b) atendimento especializado

em LIBRAS e por meio de articulador orofacial, devidamente sinalizado e divulgado em todo material promocional. (...)

5.4.2 Bibliotecas e centros de informática de uso público. As bibliotecas, centros de informática e similares de uso público devem dispor de: (...) outros dispositivos facilitadores e adaptados para pessoa com deficiência, como resenhas gravadas em vídeo ou DVD, com a informação cultural e social; obras da literatura interpretadas em LIBRAS, braile ou formato Daisy. (ABNT, 2008, p. 9-10)

O Anexo A da norma em questão dispõe que as pessoas envolvidas na prestação de serviço, seja na emissão, captação e troca de mensagens, observem cuidadosamente o seu público-alvo e tenham a sensibilidade de escolher os recursos de comunicação adequados para a aplicação do princípio da redundância, ou seja, a emissão da mensagem não deve se restringir apenas a um único mecanismo de comunicação. (ABNT, 2008, p. 33)

### 6.3. Acessibilidade informacional

O direito e o acesso à informação estão previstos no art. 19 da Declaração dos Direitos Humanos:

*Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras. (ONU, 1948)*

Diante da importância da informação como direito fundamental, cabe aqui tentar conceituá-la. Por que usamos a palavra “tentar”? Porque a palavra informação dentro do contexto técnico-científico é polissêmica, existem vários conceitos de informação que se correlacionam com outros conceitos como o de documento, dado, mensagem e comunicação para fundamentá-la como processo social (SILVA; GOMES, 2015, p. 145). Le Coadic (1996) afirma que “a comunicação é um ato, um processo, um mecanismo, e que a informação é um produto, uma substância, uma matéria.” (LE CODIAC, 1996, p. 13). O suporte é a materialização da informação. Para a preservação e disseminação desse suporte informacional, os museus, as bibliotecas, os arquivos e os centros de documentação e de memória foram concebidos como lugares de memória da humanidade. (CASTRO; GASTAUD, 2017, p. 263). Dentre os diversos conceitos de informação existentes na Ciência da Informação, destacamos aquele que auxilia no processo de desenvolvimento pessoal e social como um dos alicerces para a construção da sociedade da informação e do conhecimento.

A acessibilidade informacional é o caminho para a eliminação de barreiras linguísticas, é a permissão

aos usuários com deficiência o acesso às fontes e materiais de informação de forma segura e autônoma, contribuindo para a construção e manutenção de ambientes propícios para busca, recuperação e utilização da informação. (SANTOS; ARAUJO, 2015, p. 210)

O espaço do Acervo Histórico do INES surge como um instrumento fundamental de acessibilidade para a preservação e propagação do conhecimento produzido por uma centenária instituição nacional de educação, socialização e profissionalização de surdos, disponibilizando itens de seu acervo em Língua Brasileira de Sinais.

A informação é um elemento essencial para a inclusão social, entretanto isso só se dará quando os surdos conseguirem conquistar e ampliar a sua participação na sociedade da informação. Esta garantia de acesso se efetivará com o rompimento da barreira linguística, uma vez que a Libras é reconhecida como meio de expressão e comunicação de surdos brasileiros. A Libras, língua usada pela comunidade surda, possui um sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, composta por níveis linguísticos: fonológico, morfológico, sintático e semântico. (CORRÊA; GOMES; RIBEIRO, 2017, p. 31)

No que concerne à acessibilidade informacional, o conteúdo em Libras está assegurado e previsto no art. 68 da Lei Brasileira de Inclusão (LBI), determinando que

O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação (BRASIL, 2015)

Diante disso, os surdos devem ter seu direito linguístico assegurado em todos os espaços, sejam eles presenciais ou virtuais, permitindo-lhes desenvolverem a sua identidade social, cultural e política, sem entraves de ordem comunicacional. (CORREA; GOMES; RIBEIRO, 2017, p. 32)

#### 6.4 Surdez: considerações sobre acessibilidade

Como já mencionado, a proposta desse trabalho busca contemplar os surdos que se comunicam prioritariamente através da língua de sinais. Para esse segmento da comunidade surda ainda há poucas iniciativas de acessibilidade ao conhecimento em Libras, embora nos últimos anos podemos observar em várias mídias o surgimento de adaptações literárias, musicais e, em menor número, de obras acadêmicas. A língua de sinais tem seu reconhecimento

na Lei 10436/2002 e sua regulamentação no Decreto 5626/2005. Essa conquista legal gerou uma série de desdobramentos relativos à formação acadêmica dos surdos. Destacamos a criação dos cursos de Letras/Libras e Pedagogia Bilíngue do INES. Entretanto, embora as aulas sejam em Libras, seus conteúdos majoritariamente são em Língua Portuguesa. O mesmo acontece com o conhecimento produzido em outros idiomas. Portanto seguimos com o desafio de criar espaços acessíveis em língua de sinais para que o conhecimento chegue ao cidadão que compreende o mundo através dessa língua.

### 6.5 Museus e acessibilidade

Num primeiro movimento exploratório no âmbito da Ciência da Informação, no que concerne às áreas de Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia, já há um levantamento de acessibilidade comunicacional em museus e centros de ciência no Brasil. Segundo a publicação *Guia de Museus e Centros de Ciências Acessíveis da América Latina e do Caribe*, de autoria de Jéssica Rocha, constatou-se que “*dentre os 40 museus e centros de ciências do Brasil que fornecem algum tipo de acessibilidade para surdos, 13 deles oferecem por meio de vídeos em Libras e/ou com legendas em português*”. (FERREIRA; ALVES; MADEIRA, 2021; ROCHA, 2021). No município do Rio de Janeiro podemos destacar nesse âmbito o Museu do Amanhã, a Casa da Ciência da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Museu da Vida da FIOCRUZ e o Museu de Arte do Rio (MAR). Segundo Chalhub e Gomes, alguns museus estão adotando como estratégia de acessibilidade a “*presença de educador que saiba Libras, mediador surdo, intérprete de Libras, videoguias, vídeos em Libras, uso de QR Code e vídeos com legendas*”. (CHALHUB; GOMES, 2018, p. 5820).

Por conta da invisibilidade, ao contrário de um cadeirante ou cego, o surdo pode passar despercebido num lugar, a não ser que esteja utilizando aparelho auditivo ou se comunicando através da língua de sinais. Segundo Carvalho (2018),

Embora a surdez possa ser descrita, nos termos propostos por Goffman, como uma ‘abominação do corpo’, ela é paradoxalmente invisível em termos anatômicos imediatos. O sujeito surdo traz em seu corpo a marca evidente de uma das suas diferenças mais agudas, mas não é imediatamente visível. A surdez (que também tem variados matizes e diferenças intergrupais e interpessoais) só se faz visível depois de estabelecido o contato social. Mesmo o sujeito surdo pode não ter muita clareza dessa sua especificidade, caso não tenha contato com outros sujeitos surdos. (CARVALHO, 2018, p. 170-171)

Em relação à acessibilidade, tendo em vista o Acervo Histórico do INES, constata-se que, mesmo o Instituto possuindo uma pessoa responsável por este setor fluente em Libras e eventualmente ainda possa contar com tradutores intérpretes, nada se compara ao fato de o visitante ter acesso linguístico aos documentos, podendo escolher de forma autônoma e independente a obra que gostaria de consultar no ambiente, assim como os ouvintes fazem quando visitam lugares de memória por lazer, ou buscam a informação que desejam. Entendemos ser improvável que toda obra de qualquer acervo seja traduzida para a língua de sinais. O que consideramos interessante e viável, num curto espaço de tempo, seria a produção de catálogos em Libras, de modo que o cidadão surdo possa ter acesso às informações sobre os conteúdos de determinado acervo. Nem todas as produções recentes do Acervo Histórico do INES estão acessíveis em Libras, tampouco sua catalogação. A Série Histórica de 08 volumes, produzida pelo Acervo, não está acessível em Libras. Já a trilogia em comemoração aos aniversários de 140, 150 e 160 anos de fundação do INES, produzidas respectivamente nos anos de 1997, 2007 e 2018, tem nas edições de 2007 e de 2018 a sua versão em Libras. Importante destacarmos que, em 2013, o INES teve a experiência com o emprego do QR Code em duas revistas institucionais: a Revista Arqueiro e a Fórum. Na Revista Arqueiro, o código dos números 27 e 28 estava vinculado à íntegra do artigo; já em relação à Revista Fórum, no número 37 foi publicado apenas o resumo, e no número 38 a tradução do texto em inglês para Libras.

Diante dessa realidade, surgem então o interesse e a premência em viabilizar toda essa informação para os surdos, como protagonistas sociais deste patrimônio histórico armazenado no Acervo Histórico do INES, através de uma interação dinâmica com o emprego do QR Code, um suporte tecnológico de acesso linguístico. A partir desse acesso, o Centro de Memória se tornará um espaço de investigação, de troca de informações, ou seja, irá viabilizar aos surdos a oportunidade da descoberta, da exploração dos percursos labirínticos das fontes históricas para conhecer, compreender, recordar e refletir sobre os múltiplos significados da memória e da história, por exemplo, de processos educacionais que foram a eles destinados ao longo do tempo. De acordo com Euler e Elis “*recordar e rememorar são ferramentas fundamentais para a inscrição e inserção social dos ricos elementos das singularidades locais*”. (ANGELO; SIQUEIRA, 2018, p. 73)

Diante disso, as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) são elementos fundamentais para estimular o acesso, a busca e a recuperação de informações. Consideramos a informação um elemento indissociável à área da educação, principalmente em se tratando do

INES, uma Instituição de referência nacional na área da surdez e responsável pela implementação de políticas públicas educacionais para os alunos surdos.

## 7 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO: UTILIZAÇÃO DO QR CODE COMO RECURSO DE TECNOLOGIA ASSISTIVA

O crescimento acelerado e a geração de novos conhecimentos estão associados com os avanços tecnológicos. Os três elementos que provocaram essa evolução e aceleração foram a tecnologia, a informação e a inovação. As novas tecnologias criaram melhores fluxos de comunicação, que por sua vez fomentaram os processos de colaboração para inovação, que assim criaram tecnologias mais poderosas, as quais rapidamente melhoraram os fluxos de comunicação, conseqüentemente reiniciando de forma mais acelerada o ciclo informativo. (GABRIEL, 2018)

Nesse contexto, podemos também destacar a evolução do processamento e transmissão da informação:

O tratamento e a transmissão da informação foram evoluindo ao longo da história da humanidade. Desde o **tratamento manual**, com o uso de marcas gravadas em madeira, tabuinha e a escrita alfabética, e o **tratamento mecânico**, com o surgimento da imprensa no ano de 1439, no Ocidente, até o **tratamento automático** na atualidade com o surgimento dos computadores. (grifos nossos) (LITWIN *apud* LOPES *et. al.*, 2018, p. 9).

A evolução do tratamento e a transmissão da informação que passaram por essas três etapas decorreram da necessidade de as pessoas se comunicarem, buscando utilizar tecnologias mais seguras, que mantivessem os registros informacionais por mais tempo, e atingissem um número maior de pessoas. (LOPES *et. al.*, 2018, p. 9)

### 7.1 Tecnologia da Informação e da Comunicação (TIC)

Com a explosão informacional e o desenvolvimento tecnológico, os suportes informacionais se multiplicaram e permitiram diversas formas de registro e armazenamento da informação. Ao mesmo tempo, a tecnologia também se tornou uma alternativa para que as unidades de informação armazenassem todo esse excesso informacional. (SANTA-ANNA, 2015, p. 139)

No sentido conceitual, as TICs são todas as tecnologias que interferem e mediam os processos informacionais e comunicativos. É usada também para o tratamento da informação, auxiliando o usuário a alcançar determinado objetivo. Essa comunicação moderna também é conhecida como um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si que, através das funções de software e telecomunicações, proporcionam a automação e comunicação dos

processos de negócios, da pesquisa científica, do ensino e da aprendizagem. (OLIVEIRA; MOURA; SOUZA, 2015, p. 78)

Os artefatos tecnológicos alteraram os paradigmas tradicionais de organização da informação estabelecidos nas unidades de informação. Como reflexos dessa alteração, democratizaram os processos de criação e leitura, produção e acesso a e-books, impulsionando a difusão e o compartilhamento de informações a diferentes canais e públicos.

Entretanto a tecnologia por si mesma não promove a inclusão. A incorporação das TICs nos ambientes informacionais depende da qualificação e capacitação dos profissionais da informação, porque a tecnologia é uma ferramenta e não um fim em si mesma. A inclusão dos recursos tecnológicos nas unidades de informação exige um planejamento detalhado e cuidadoso, além de considerar o perfil e as necessidades informacionais dos seus usuários. Como consequência, os profissionais da informação precisaram desenvolver habilidades e competências para acompanhar a evolução e os desafios impostos.

A sociedade da informação passou a exigir um processo contínuo de educação e qualificação, atuação e aquisição de novas competências que ultrapassam os limites dos ambientes tradicionais de informação, principalmente em relação ao domínio e o uso de novas tecnologias.

A necessidade de construirmos uma sociedade inclusiva requer uma relação interdisciplinar entre as áreas de inclusão, as TICs e o emprego de recursos tecnológicos para dar condições de acesso aos usuários com deficiência às informações disponíveis.

Diante do exposto, as TICs podem auxiliar os surdos no processo de inclusão social em ambientes informacionais. Neste trabalho sugerimos as tecnologias assistivas como instrumento da TIC, a fim de estimular e expandir recursos visuais que possibilitem uma autonomia do pesquisador/visitante surdo no acesso ao Acervo Histórico do INES.

Os espaços de memória não devem ser apenas lugares de leitura, mas também devem proporcionar acolhimento social, cultural e educativo aos seus usuários. É necessário, para além dos marcos legais, que os profissionais da informação se esforcem na promoção da atenção inclusiva.

## 7.2 Tecnologia Assistiva (TA)

A Tecnologia Assistiva, ainda um conceito novo, refere-se a um conjunto de recursos, estratégias, práticas e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais visando à acessibilidade. Além disso, são ferramentas que servem para favorecer e

simplificar as atividades do cotidiano e conseqüentemente promover uma vida mais independente e inclusiva. (BERSCH, 2017, p. 2; CORREA; GOMES; RIBEIRO, 2017, p. 32)

O objetivo da TA é

proporcionar à pessoa com deficiência maior independência, qualidade de vida e inclusão social, através da ampliação de sua comunicação, mobilidade, controle de seu ambiente, habilidades de seu aprendizado e trabalho. (BERSCH, 2017, p. 2)

De acordo com Sartoretto e Bersch, o termo Tecnologia Assistiva surgiu nos Estados Unidos na década de 1980.

O termo Assistive Technology, traduzido no Brasil como Tecnologia Assistiva, foi criado em 1988 como importante elemento jurídico dentro da legislação norte-americana conhecida como *Public Law 100-407* e foi renovado em 1998 como *Assistive Technology Act de 1998 (P.L. 105-394, S.2432)*. Compõe, com outras leis, o *ADA - American with Disabilities Act*, que regula os direitos dos cidadãos com deficiência nos EUA, além de prover a base legal dos fundos públicos para compra dos recursos que estes necessitam. (SARTORETTO; BERSCH, 2021).

Para a elaboração de um conceito brasileiro sobre a tecnologia assistiva, o Comitê de Ajudas Técnicas (CAT), vinculado à Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, se baseou em referenciais teóricos internacionais. A partir destes estudos, o CAT define Tecnologia Assistiva como

uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL - SDHPR. – Comitê de Ajudas Técnicas – ATA VII *apud* BERSCH, 2017, p. 3)

Dentre as categorias de Tecnologias Assistivas propostas por Bersch, destacamos o espectro “*Auxílios para melhorar a função auditiva e recursos utilizados para traduzir os conteúdos de áudio em imagens, texto e língua de sinais*” (BERSCH, 2017, p. 11) que tem como descrição a tradução dos conteúdos de áudio e texto em imagens, utilizando a Libras para atender aos surdos que a têm como primeira língua (L1).

O recurso de acessibilidade comunicacional proposto neste trabalho é a utilização do Quick Response Code (Código de Resposta Rápida) como instrumento de Tecnologia Assistiva para transmitir o conteúdo informacional em Libras dos itens apresentados no catálogo do Acervo Histórico do INES.

### 7.3 Quick Response Code - QR Code

O QR Code foi desenvolvido para atender às necessidades da indústria automobilística do Japão, uma vez que o código de barras apresentava limitações e não sustentava grande quantidade de dados alfanuméricos (GUTIERRIZ, 2020, p. 6). Hoje, o uso do QR Code está sendo adotado em diversos lugares ao redor do mundo e nas mais diversas aplicações. A leitura deste código visual pode ser feita através de uma câmera de smartphone, tablets ou leitores de 2D. O QR Code apresenta-se através de uma etiqueta impressa ou digital. Por ser um código bidimensional, são necessários dois feixes de laser para se fazer a leitura: um na horizontal e o outro na vertical para a tradução da informação. A leitura é feita apontando-se a câmera do celular, “*com um leitor de mobile tagging apropriado para o sistema operacional do aparelho,*” (BORGES; SOARES, 2019, p. 4) na direção do código QR, de modo que se faça o escaneamento da imagem. A conversão da imagem conduzirá o usuário a textos, imagens ou links da web.

Uma curiosidade em relação ao QR Code é que Masahiro Hara, um dos responsáveis pelo desenvolvimento do código original, estava receoso de que este código bidimensional conseguisse substituir os códigos de barras tradicionais e ao mesmo tempo tivesse boa aceitabilidade no mercado automobilístico. Diante desta incerteza, a empresa Denso Wave decidiu não exercer os direitos de patente do Código QR, permitindo que o código e suas especificações se tornassem de acesso público, fazendo com que o maior número de pessoas pudesse usá-lo sem custos e ao mesmo tempo a empresa evitasse quaisquer problemas potenciais (QRCode.com).

No ano de 2000, este código aberto foi aprovado pela International Organization for Standardization (ISO) como norma internacional 18004/2015, sob o título de *Information technology – Automatic identification and data capture techniques – Bar code symbology – QR Code*. De acordo com esta norma, o Código QR é definido como

um grafismo matricial constituído por um conjunto de módulos nominalmente quadrados dispostos em um padrão global quadrado, incluindo um padrão único, localizador encontrado em três cantos do símbolo e destinado a facilitar a localização de sua posição, tamanho e inclinação. Uma ampla gama de tamanhos de símbolo é prevista em conjunto com quatro níveis de correção de erro. As dimensões do módulo são especificadas pelo usuário para permitir a produção de símbolos por uma grande variedade de técnicas (ISO, 2015)

A decisão da Denso Wave em disponibilizar gratuitamente as especificações e o licenciamento do QR Code possibilitou a popularização desta tecnologia em diversos países,

inclusive no Japão. Outro fator que contribuiu muito para a disseminação deste código foram os inúmeros esforços em aprimorar essa tecnologia, para que finalmente se conseguisse desenvolver uma linguagem aplicada a smartphones. A partir de 2003, essa popularidade se deu pelo fácil acesso aos usuários na criação de seus códigos, assim como a utilização das câmeras dos celulares como um recurso de leitura do Código QR na interpretação dos dados. (QR-New.com; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMAÇÃO, 2021; GLOBAL CONSULT, 2019).

Muitos pesquisadores consideram o Código QR uma evolução do código de barras tradicional, porque ambos são utilizados como ferramentas de codificação. Entretanto o *Quick Response* se tornou estratégico no sentido de otimizar o tempo das empresas, por oferecer possibilidades e facilidades no controle de seus estoques, na modernização da execução de processos, estratégias de marketing, transações bancárias, substituição gradual de impressão de anúncios, panfletos e cartazes para portais interativos de anunciantes e principalmente no armazenamento e compartilhamento de informações. Como exemplo de uso desse compartilhamento de informações, destacamos as exposições realizadas em museus, onde os curadores disponibilizam o QR Code ao lado das obras, proporcionando ao visitante através do celular escanear o código e ter acesso a mais informações acerca da peça exposta.

### 7.3.1 QR Code como Realidade Móvel Aumentada

Em relação aos espaços de memória, há uma tecnologia interativa que se encontra incipiente; entretanto alguns museus, como o Museu do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), já têm desenvolvido projetos inclusivos utilizando o QR Code como ferramenta de mediação em Libras no acesso ao conteúdo de suas exposições.

Diante das experiências de alguns museus, o QR Code pode ser classificado como Realidade Móvel Aumentada, porque as informações presentes em determinado local podem ser visualizadas em dispositivo móvel de forma “aumentada”. As informações sobre o objeto etiquetado que não estão disponíveis no ambiente físico podem ser acessadas pelo celular através de um hiperlink chamado *Mobile Augmented Reality Applications* - MARA (CORRÊA; SOUZA; MARÇAL, 2012, p. 122). Segundo Marçal, a Realidade Aumentada (RA) é considerada

ponto do contínuo de virtualidade no qual o virtual aumenta a camada do real, e, segundo Alan Craig (2013), um meio no qual é adicionada informação digital ao mundo físico, com o qual comumente se interage através de um registro ou representação deste ambiente. Na RA a interação depende da presença física do usuário em determinado local e ocorre através da camada virtual que modifica o ambiente físico de diferentes maneiras, adicionando características, informações e objetos – algo que não se pode normalmente ver, manipular, ouvir – como vídeos, textos, games, imagens, modelos 3D, sons, tornando ainda mais tênue e permeável a linha que separa o “real” e o “virtual”. Por essa razão a RA é uma ferramenta que amplia os sentidos, desvela novas camadas de realidade, funcionando como uma prótese, no sentido empregado por Umberto Eco (1989). (MARÇAL, 2018, p. 34).

O emprego dessa tecnologia mediadora em espaços culturais é interessante para os usuários surdos porque é um recurso visual e interativo em potencial, utilizado pelos profissionais da informação como um meio de ampliar as informações sobre os seus acervos, produtos e serviços. A RA, nos espaços de memória, acaba se tornando uma ferramenta linguística para os surdos, no sentido de facilitar o processo de ensino-aprendizagem em ambientes de educação não formal. O ensino associado a esta tecnologia oportunizará aos surdos se sentirem mais motivados e estimulados a visitar outros lugares de memória.

Outro viés que acaba sendo evidenciado no emprego dessa tecnologia é o registro em língua de sinais para a preservação da memória do Instituto, assim como a valorização contínua deste patrimônio para a nossa sociedade.

## 8 UM PRODUTO E O MÉTODO DE SUA CONSTRUÇÃO

A presente pesquisa é de caráter exploratório, uma vez que se pretende ampliar a discussão sobre o uso do QR Code como estratégia de acessibilidade comunicacional aos surdos usuários de Libras nos centros de memória. Conforme foi explicitado, a proposta de utilização dessa tecnologia móvel é potencializar o processo de integração das ações de acessibilidade e inclusão no espaço do Acervo Histórico do INES. A pesquisa exploratória, de acordo com Gil, tem como objetivo “*desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores.*” (GIL, 2008, p. 27)

O delineamento da pesquisa foi baseado em abordagens qualitativas, por meio das pesquisas bibliográfica e documental para reconstituirmos as memórias da tríade documental presente no Centro de Memória do Instituto.

A pesquisa bibliográfica tem por objetivo dar conhecimento ao leitor sobre o tema proposto, porque é “*através da pesquisa bibliográfica [que se] busca conhecer, analisar e explicar contribuições sobre determinado assunto, tema ou problema*”. (MARTINS; THEÓPHILO, 2016, p. 54) Na prática, o embasamento teórico que alicerçou esse trabalho foi a revisão de literatura sobre acessibilidade comunicacional, o papel social dos centros de memória como um espaço de aprendizagem, uma pequena descrição sobre o processo histórico do QR Code e a proposta de implementação deste artefato tecnológico como ferramenta de acessibilidade informacional para os surdos.

Em relação à pesquisa documental, esta se assemelha à pesquisa bibliográfica, entretanto o que as diferenciam são as fontes, por serem mais diversificadas, das quais são mais conhecidas como “fontes de primeira mão” aquelas que não receberam nenhum tratamento analítico (GIL, 2008, p. 51). De acordo com Cellard (2008), a pesquisa documental permite reconstruirmos memórias através de um método de coleta de dados porque

(...) o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (CELLARD, 2008, p. 295).

Para a realização da pesquisa documental buscamos a leitura de documentos arquivísticos e administrativos do INES, no intuito de corroborar as informações sobre o percurso histórico de cada item patrimonial selecionado para o catálogo.

## 8.1 Um catálogo

O produto desta pesquisa é um catálogo ilustrado e descritivo composto de itens bibliográficos, museológicos e arquivísticos do Acervo Histórico do INES. Delimitamos uma amostra de 30 (trinta) itens do acervo que julgamos significativos. Foram registrados 10 (dez) peças para cada categoria documental (bibliográfico, arquivístico e museológico). O processo para a elaboração do conteúdo do catálogo foi dividido em três etapas: categorização dos materiais (arquivístico, bibliográfico e museológico), análise dos itens (pesquisar e reunir informações bibliográficas e documentais para cada item) e o tratamento dos dados (organização das informações recolhidas para a caracterização de cada item). Para o tratamento dos dados tomamos como referência a Resolução Normativa do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) nº 6 de 2021, da qual foram selecionados alguns elementos para descrever os bens patrimoniais disponíveis no acervo. Para cada categoria documental selecionamos os elementos que consideramos essenciais para informar sobre suas características. Para os itens arquivísticos selecionamos: tipo de material, título, autor, data, conteúdo e percurso histórico. Em relação aos itens bibliográficos selecionamos: tipo de material, autor, título (traduzido e original), local, editora, data, assuntos, conteúdo e percurso histórico. Já para os itens museológicos, selecionamos: denominação, classificação, resumo descritivo, material, data, coleção e percurso histórico. Como aspecto diferencial deste catálogo, acrescentamos informações históricas a fim de tentarmos reconstituir a trajetória e a biografia de cada item através de vestígios, marcas e narrativas deixadas pelos sujeitos no passado.

Tomamos como exemplo desse acervo um item museológico. Trata-se da já referida mesa retangular de madeira maciça escura, datada provavelmente do final da década de 1920 e que teve várias funções, sendo utilizada em diferentes tempos históricos dentro do Instituto. Foi utilizada na área administrativa, como equipamento de sala de aula, como item na oficina profissionalizante de costura e hoje se encontra no Acervo Histórico como mesa de atendimento.

O ponto de partida para a elaboração do catálogo foi analisar e selecionar juntamente com a orientadora/historiadora Professora Solange Rocha, responsável pelo espaço do Acervo Histórico do Instituto, trinta itens mais expressivos, representando uma pequena amostra. As informações descritas no catálogo foram baseadas nos livros desta historiadora, que retratam o percurso histórico do Instituto nos documentos arquivísticos da Instituição e nos trabalhos publicados sobre o Acervo Histórico. É importante registrar que a coleção museológica e arquivística ainda não está catalogada, e somente a bibliográfica possuiu catálogo.

No processo de catalogação dos itens, realizamos levantamento bibliográfico e documental para assegurar a qualidade na descrição dos itens. A catalogação é um instrumento que disponibiliza ao usuário a informação de forma padronizada por meio de um conjunto de dados com o objetivo de fornecer uma descrição única e precisa daquele item. No processo de catalogação é feita a descrição dos itens e a determinação dos seus pontos de acesso, mais especificamente a representação temática. De acordo com a visão de Machado e Zaflon,

a catalogação ocupa importante espaço no fluxo informacional. É por meio da catalogação que se garante o acesso e a recuperação do conhecimento registrado. Assim, com função mediadora em um processo comunicativo, a catalogação contribui para a efetiva organização e uso da informação por pessoas e máquinas. A catalogação, assim como as demais atividades e ambientes, tem seu bojo enriquecido com os avanços tecnológicos, o que provoca e adiciona muitas formas e possibilidades ao seu fazer e ganha, inclusive, uma nova dinâmica com os computadores, a Internet, a web semântica e as novas formas de recuperação de conteúdos digitais. (MACHADO; ZAFALON, 2020, p. 11)

Na prática a catalogação é um instrumento de pesquisa e de acesso informacional aos itens que compõem o acervo, ou seja, “*refere-se à compilação e à manutenção de informação essencial, que permite a identificação e a descrição dos objetos*”. (IBRAM - INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS, 2019, p. 22)

O catálogo construído compõe-se de apresentação, objetivo, breve história do Acervo Histórico do INES, seguidos de páginas de abertura para cada categoria documental (arquivístico, bibliográfico e museológico) com as suas respectivas explicações e campos selecionados para a descrição dos dez itens, diferenciados por cores. Cada página referente a um item tem em sua disposição a imagem da obra, sua descrição em Língua Portuguesa e o QR Code em Libras.

A imagem fotográfica é um recurso da documentação, um testemunho do passado. Além disso, é uma possibilidade valiosa para resgatar, testemunhar e fortalecer a memória coletiva de uma comunidade (DUBOIS, 1993 *apud* BICALHO; PIANETTI; FIGUEIREDO, 2017, p. 5182). A fotografia materializa diferentes maneiras de olharmos para o mundo, e esses olhares, em determinados momentos, vão ganhando diferentes significados. Segundo Halbwachs, a imagem serve para completar as informações, como também para reforçar ou enfraquecer o conhecimento sobre determinado evento. (BICALHO; PIANETTI; FIGUEIREDO, 2017, p. 5183)

Segundo Santos (2018), os objetos estão imbuídos de um valor simbólico e só terão sentido e autenticidade quando estiverem vinculados a um conjunto documental, seja bibliográfico, arquivístico ou museológico. Evidenciar o acesso e a recuperação das

informações é esclarecer as relações de proveniência e do contexto em que os itens estão inseridos. O autor ressalta que a perpetuação da memória se faz através da existência de documentos, esclarecendo que é importante contextualizar o significado do material e o vínculo orgânico entre os documentos. (SANTOS, 2018, p. 13). Para a descrição dos itens selecionamos informações básicas, buscando elucidar a identificação do objeto com textos informativos e objetivos. Cabe destacar que optamos por não registrar informações muito técnicas que são pouco atraentes. Na sequência realizamos a construção composicional e a tradução das informações mais relevantes das fichas descritivas em Libras de cada item escolhido para serem disponibilizados através do QR Code. A edição dos vídeos em Libras foi armazenada para possibilitar o escaneamento do código. Por se tratar de uma língua viso-espacial, o vídeo é considerado como um suporte de textos registrados em língua de sinais. De acordo com Medeiros e Fernandes (2020), o *“vídeo é o portador do texto sinalizado, meio no qual está armazenado o conteúdo do discurso. A internet seria o canal de difusão desse texto.”* (MEDEIROS; FERNANDES, 2020, p. 69) Seguindo a linha desses autores, algumas regras básicas foram consideradas para a produção dos conteúdos em Libras: posicionamento da câmera para aproveitar melhor o espaço de sinalização; cuidados com a iluminação; indumentária do sinalizador e a imagem de fundo neutra. Importante enfatizar que este trabalho não foi gravado em estúdio profissional. A elaboração dos vídeos seguiu padrões mínimos recomendados pelos autores citados anteriormente e de algumas normas sugeridas pela Revista Brasileira de Vídeo-Registros em Libras da Universidade Federal de Santa Catarina (MEDEIROS; FERNANDES, 2020, p. 69; UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA).

Para essa atividade, mesmo sendo Coda e tendo conhecimento de Libras, em se tratando de um trabalho acadêmico, consideramos conveniente a participação profissional de intérprete de Libras. Convidamos Fátima Furriel, intérprete de Libras do INES, com longa e brilhante experiência em sua profissão, cuja atuação foi de suma importância ao trazer contribuições significativas para a tradução das descrições dos itens.

O último processo para a elaboração do produto foi a criação do QR Code como ferramenta tecnológica para expandir as fronteiras da interatividade entre o usuário surdo e a fonte. A criação do QR Code foi baseada em algumas aplicações online, mas para realizarmos este trabalho dividimos a atividade em algumas etapas. A primeira etapa consistiu em selecionar o gerador de QR Code. A segunda foi a criação e associação do Código QR com o conteúdo sinalizado em Libras específico para cada item, com os vídeos produzidos em Libras hospedados no canal do YouTube, criado para esse propósito. A terceira etapa foi a definição

da aparência final do QR Code criado. Já a última etapa consistiu em gerar e testar o QR Code com o leitor, para verificarmos se o conteúdo correspondia a cada item selecionado. Os Códigos QR deverão ser lidos através da câmera do celular.

Cumpriram-se, portanto, as seguintes etapas na elaboração do catálogo: análise descritiva do item (catalogação), análise temática (indexação), informações sobre o percurso histórico do item e sua imagem. Após essa etapa, todo o conteúdo foi traduzido em língua de sinais para a aplicação do QR Code específico de cada peça. O registro virtual do catálogo ficará hospedado na página em construção do Acervo Histórico e, além da versão online, há uma versão física, em edição bilíngue, Libras e Língua Portuguesa.

## 8.2. O que esperar do catálogo

Entendemos que visitantes e/ou pesquisadores surdos, os quais conseguirem fazer a interlocução dos itens de cada tipo de patrimônio selecionado no catálogo com as suas respectivas informações técnicas e históricas, conseguirão compreender e interpretar os significados dessas obras, podendo inclusive provocar reflexões e impressões dessa memória. Esse patrimônio histórico não é somente um ato de registro e de preservação, mas também a possibilidade de acesso a informações para a construção de novos conhecimentos, com a diferença de podermos contar com a participação mais efetiva dos sujeitos a quem se destina essa história: os surdos. Icléa Thielsen (1995) corrobora essa ideia, reforçando a importância dessa memória repositória da qual devemos trazer novamente para o presente, as conquistas, os legados, os acontecimentos, mas também as vicissitudes e a escuridão do passado. (COSTA, 1995, p. 47)

Segundo Cavalcante, “*essas narrativas, quando recuperadas, buscadas e transcritas se transformam em informação, em registro, garantindo que indivíduos e comunidades reafirmem sua história, sua presença no mundo*” (CAVALCANTE, 2004, p. 55). Ainda seguindo a linha de pensamento de Cavalcante, não devemos dissociar os objetos do seu percurso histórico, porque as memórias se articulam, compondo como que um enredo. Esperamos, portanto, que registros informacionais em língua de sinais possam ampliar a compreensão de cada item e a relação histórica entre eles.

A expectativa é a de que essa forma de mediação digital através das TICs proporcione experiência cultural significativa ao visitante surdo, que poderá interagir com a memória institucional através da sua língua.

Segundo Kelman, “*a iniciativa baseada no uso do QR Code representa, além do respeito e valorização da Libras como língua materna dos surdos, a possibilidade de compreender o conteúdo em Libras quando da não proficiência em Língua Portuguesa*” (KELMAN, 2015).

## 9 ESPAÇO MEMÓRIA: AMBIENTE DE EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

A construção do pensamento e de saberes não se restringe apenas ao campo da educação formal. É notório que espaços não formais de educação, como centros de memória, centros de documentação, centros culturais, bibliotecas, museus, arquivos e outras instituições de memória contribuam na aprendizagem e na formação cultural, além de se tornarem ferramentas fundamentais para o desenvolvimento socioeducacional. Nesta perspectiva é necessário compreendermos a tripartição do universo educacional: educação formal, educação informal e educação não formal.

Os espaços educacionais formais estão centralizados nas instituições educacionais de ensino, no saber sistematizado. Nos espaços informais os indivíduos aprendem durante o seu processo de socialização em ambientes que envolvam valores e culturas próprias de cada lugar, carregados de sentimento, pertencimento e herança. Em relação à educação não formal, o aprendizado ocorre quando há troca de experiências entre indivíduos em espaços coletivos. (ARAÚJO, 2017, p. 215; CASCAIS; TÉRAN, 2014, p. 3; GOHN, 2014, p. 40). De acordo com Araújo (2017), a educação não formal surgiu com a pedagogia libertadora de Paulo Freire nas décadas de 1950 e 1960, “*onde a educação é caracterizada fora da sala de aula, de forma coletiva, pouco hierarquizada e capaz de atender aos interesses da comunidade*” (ARAÚJO, 2017, p. 217; OLIVEIRA *et. al.*, 2017). Freire irrigou a nossa humanidade com o seu discurso fundamentado no princípio da pedagogia participativa e humanizada. A sua proposta era romper “os muros” do conhecimento preestabelecido e sistematizado, para fundamentar-se numa “*educação na vivência do homem em sociedade, nos seus modos de fazer e de agir.*” (COSTA, 2017, p. 503). Logo, esse entrecruzamento entre a educação formal e não formal contribui para a formação de cidadãos críticos, e através desse conhecimento são capazes de “*buscar, analisar, compreender, reavaliar e criticar informações, expressar opiniões e argumentar, adquirindo condições de discernir entre os riscos e benefícios que elas oferecem à humanidade.*” (INÁCIO; ROCHA, 2017)

Para compreendermos melhor as três dimensões do universo educacional, podemos representá-la através da imagem de um iceberg, metáfora utilizada por Rogers, para nos explicar que a parte visível que se encontra na superfície refere-se à educação formal, a outra parte que está mais próxima da água e mais abrangente, ainda visível, representa a educação não formal, e a terceira parte, submersa (invisível) e de maior amplitude, que serve como base para as outras partes, corresponde à educação informal. (ROGERS, 2004 *apud* FERNANDES, 2016, p. 127).

Vale destacar que o Acervo Histórico do INES se configura um espaço de educação não formal, ou seja, um ambiente complementar às práticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas dentro do próprio Instituto. Isso porque ele atua como um espaço de educação patrimonial, onde é possível ter contato direto com os itens que compõem o patrimônio histórico e cultural da Instituição. De acordo com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a educação patrimonial é

um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 4)

A primeira etapa da educação patrimonial proposta é a observação direta, na qual o usuário irá fazer uma análise do item; e incluindo as informações disponíveis no QR Code conhecerá a constituição do material, data provável em que foi construída, a justificativa deste objeto dentro do Instituto, o percurso histórico daquele item até a sua entrada no Centro de Memória e a sua relação com os outros itens que se encontram no acervo. Essa etapa se refere à investigação sobre o objeto e através dos possíveis questionamentos será possível saber sobre o seu aspecto físico, constituição, descrição do item, função e valor histórico. A segunda etapa inclui o registro, no qual todos os questionamentos relacionados ao item são consolidados na memória do indivíduo. A terceira etapa é a exploração de outras informações sobre o item, as quais sejam de interesse do indivíduo, como, por exemplo, a pesquisa sobre registro do item em questão em fotos ou livros, o seu contexto social e histórico, quando utilizado na Instituição. A última etapa é a apropriação do conhecimento, ou seja, o conhecimento a respeito da dimensão que este item representa no contexto histórico no que se refere à memória institucional e à educação de surdos no Brasil.

É importante destacarmos o papel do Centro de Memória do INES como um espaço de educação patrimonial, porque a gênese do conhecimento sobre a trajetória da educação de surdos perpassa nos itens que compõem esse acervo.

O professor português Boaventura Santos, um dos pensadores da sociologia política contemporânea, exaltou em uma de suas palestras no YouTube, a importância da prática da

pedagogia museal, mais conhecida como museologia social, em que o museu se transforma em um espaço de inclusão social. Exemplificou o caso do Museu da Maré, que foi construído e organizado por moradores e ex-moradores da Comunidade da Maré, a fim de dar empoderamento à identidade local. Ele acrescentou que o Museu da Maré representa “*a museologia social onde se permite democratizar a cultura e as memórias daqueles que não tiveram acesso aos museus principais - refere-se a isto como a cultura dos oprimidos*” (SANTOS, 2020). Poderíamos nos perguntar: por que não ampliarmos esta prática pedagógica nas unidades de informação ou em outros lugares de memória para atender aos surdos? A sugestão de estender essa democratização da cultura a outras instituições de memória se justifica porque muitas vezes a própria concepção destes lugares foi pensada e desenvolvida por grupos específicos, dando protagonismo e identidade aos organizadores. Logo, diante deste contexto social citado pelo Professor Boaventura, os surdos como minoria linguística também são prejudicados pela falta de acessibilidade comunicacional nos lugares de memória. Conseqüentemente, o envolvimento e interesse dos indivíduos surdos por esses lugares se tornam reduzidos ou limitados.

Correlacionando o caso do Museu da Maré com o Acervo Histórico do INES, percebe-se que os surdos, como protagonistas deste lugar, não têm acesso linguístico de forma independente para selecionar as obras que desejam consultar. E mesmo que haja funcionários neste espaço de memória que saibam Libras e/ou intérpretes do INES à disposição, como agente de acessibilidade, nada se compara àquele visitante que através do seu acesso linguístico pode escolher de forma autônoma e independente a obra que gostaria de consultar no ambiente. Exatamente como fazem os ouvintes quando visitam lugares de memória por lazer, apropriando-se desses espaços na busca da informação que desejam. Para os surdos usuários de Libras, essa língua é a intermediadora entre dois mundos<sup>5</sup> (ouvinte-surdo), porque é através dela que podem acessar conhecimento. (BRANDÃO, ALMEIDA, 2019)

Para corroborar a importância do acesso linguístico na formação do pensamento humano, apresentamos as contribuições Shimazaki, Menegassi e Fellini:

[quando] consideramos apontamentos sobre a linguagem e o pensamento, ou ainda, sobre a linguagem e a sua função sócio-discursiva, reconhecemos que a língua, é “[...] o veículo fundamental de transmissão de informação [...]” (LURIA, 1991b, p. 81), a ela cabe a participação na formação social, linguística e cognitiva do ser humano. A língua tem sua importância, pois é o instrumento mediador entre o homem e os conhecimentos. Embora, as línguas faladas e sinalizadas apresentem diferenças estruturais, desempenham importância ímpar na formação do psiquismo. Isso porque

---

<sup>5</sup> Assumo aqui a expressão *dois mundos*, fruto da minha experiência como filha de pais surdos. Esse sempre foi o meu sentimento: o de ocupar um lugar entre mundos.

‘[...] as palavras de uma língua não apenas indicam determinadas coisas como abstraem as propriedades essenciais destas, relacionam as coisas perceptíveis a determinadas categorias’ (LURIA, 1991b, p. 80). Ademais, ‘a palavra é uma ponte que liga o eu ao outro. Ela apoia uma das extremidades em mim e a outra no interlocutor. A palavra é o território comum entre o falante e o interlocutor’ (VÓLOCHINOV, 2017, p. 205), por isso, a língua é social e determinante para o desenvolvimento do pensamento. (SHIMAZAKI; MENEGASSI; FELLINI, 2020, p. 4)

Em relação aos surdos, Gomes e Chalhub (2017) destacam a necessidade de assegurar-lhes o direito linguístico em ambientes escolares não formais.

Chalhub, Benchimol e Rocha (2015) ao mapear os meios que podem trazer a acessibilidade para surdos em museus, delineararam diferentes ferramentas e estratégias como a presença de mediador surdo e funcionário que tenha domínio na Língua de Sinais para melhor atender este público, a disposição de vídeos em Libras e legendas nos vídeos em Português para garantir que o surdo tenha acesso a informações em diferentes formatos e QR Code que através de aplicativo em celular torna a exposição acessível e com mais autonomia. Apesar de os surdos terem essa garantia da acessibilidade em sua primeira Língua, os museus ainda estão em fase inicial no acesso, tanto na forma de pessoas que saibam a Libras, como com uso de tecnologias assistivas. (GOMES; CHALHUB, 2017, p. 11)

Centros de memória ainda não conseguiram readequar os seus processos comunicacionais relacionados aos seus serviços, atendimentos e produtos. Entretanto, encontramos algumas iniciativas em museus que estão realizando trabalhos relevantes voltados para a comunidade surda no estado do Rio de Janeiro, dentre eles o Museu de Arte do Rio - MAR e o Museu do Amanhã.

## 10 CONSIDERAÇÕES PROVISÓRIAS

Apresentar o Acervo Histórico do Instituto Nacional de Educação de Surdos nesse trabalho objetivou não somente destacar sua potente herança histórica e cultural, mas também destacar seu importante papel de aglutinador de uma memória coletiva, produzida através do acolhimento ofertado aos alunos oriundos de todo o Brasil. Ali encontraram em seus corredores, o seu lar; em seus funcionários, os seus parentes; em sala de aula, os seus pares, a sua família. Tomo meu pai como exemplo desse acolhimento. Filho cultural do INES, chegou à Instituição ainda criança, na qualidade de interno, profissionalizou-se e foi mais do que um funcionário. Muitos surdos que passaram pelo Instituto comentam elogiosamente sobre ele, ressaltam a sua atenção, calma e generosidade na fase em que foi inspetor de alunos e, posteriormente, professor de corte e costura. Certamente, se os corredores do INES falassem, quantas histórias teriam para contar, quantos projetos pessoais e profissionais tecidos pelos alunos seriam relatados... O fato é que muitos alunos surdos internos do Instituto, ao retornarem para o seu Estado natal, fundaram associações, levaram uma língua consigo, o embrião de um caminho que constituiria assim a comunidade surda. Portanto, mais do que falar desta instituição, devemos trazer também essa memória humana que faz parte de seu arcabouço histórico.

Desde as primeiras décadas de sua fundação, o INES recebe alunos de todo o país e acabou se configurando como um espaço de construção da comunidade surda. Ao longo da história, como vimos, o Instituto teve várias denominações e alterações de endereço. Assim como no contexto educacional, houve mudanças significativas no processo de escolarização dos alunos surdos com implicações linguísticas, metodológicas e pedagógicas. Portanto o INES é um lugar de memória e o Centro de Memória legitima e organiza num espaço próprio, continuamente em construção, as coleções bibliográficas, arquivísticas e museológicas que foram e continuam produzindo novos significados e efeitos socioculturais. Esses itens se configuram em peças e em outras que ainda estão por vir, de determinada época ou tempo. Esse Acervo possui um valor de caráter informativo, do qual não podemos individualizar uma peça, uma vez que os itens que o compõem dialogam entre si, ou seja, criam laços de pertencimento. A singularidade deste Acervo se configura como um material inédito sobre a própria história da educação de surdos no Brasil e porque não dizer um ponto de partida para a compreensão da trajetória histórica do Instituto.

O Acervo Histórico do INES corrobora a existência desse espaço complementar às práticas de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no próprio instituto, podendo atuar como um lugar de educação patrimonial. Dessa forma, o surdo terá o contato direto com os itens que

compõem este patrimônio histórico e cultural da instituição. E, diante da importância deste acervo singular em nosso país, consideramos relevante proporcionar acesso linguístico à comunidade surda usuária de Libras.

Nesta pesquisa procuramos fazer uma interrelação entre as questões da inclusão, da acessibilidade linguística em lugares de memória, da relação memória, história e patrimônio no que concerne ao Acervo Histórico do INES. Utilizamos o QR Code como ferramenta de tecnologia assistiva para ter acesso em Libras ao catálogo, entendido como instrumento de educação patrimonial do Centro de Memória.

Levando em consideração esses aspectos apresentamos fundamentos teóricos sobre o avanço da legislação brasileira relacionados à inclusão social e acessibilidade. Mas, na prática, alguns estudos e as principais bases referenciais científicas nacionais evidenciam que ainda estamos muito distantes do que a legislação determina ao que se refere à acessibilidade linguística para a comunidade surda em lugares de memória. No âmbito da surdez apresentamos algumas considerações sobre a apropriação do conhecimento através da visualidade e a importância do Acervo Histórico do Instituto como um espaço de aproximação dos surdos com a memória institucional e coletiva. A pesquisa apontou a necessidade de registrar as memórias em suportes visuais a fim de dar acesso a este Acervo de forma autônoma aos surdos e às próximas gerações. A ideia proposta é promover a autodescoberta explorando os percursos labirínticos dessas memórias. Cada item selecionado para o catálogo é um testemunho material de determinado tempo que traz consigo uma biografia e ressignificações que devem ser compreendidas em seu contexto histórico-social.

Desde o início da nossa pesquisa sabíamos da relevância deste patrimônio histórico-cultural relacionado à memória nacional no que se refere à educação de surdos e à memória institucional do Instituto Nacional de Educação de Surdos. Mas foi no momento do desenvolvimento da metodologia de pesquisa e na elaboração do produto que os processos se tornaram desafiadores e ao mesmo tempo angustiantes, principalmente no momento da seleção dos itens para compor o catálogo, em virtude da dimensão do *corpus* informacional presente no Acervo Histórico do INES. Por conta justamente da abrangência desse *corpus* informacional é que se tem a possibilidade de conhecer o passado, reviver as memórias que criam elos de significados para cada item patrimonial e ao mesmo tempo nos conduzem a entender aspectos da história dessa instituição. Para tanto, foi necessário folhear muitos registros, trocar lembranças com o meu pai, fazer leituras de documentos administrativos e dos livros comemorativos do Instituto, de autoria de minha orientadora, e principalmente estar atenta aos

conhecimentos, conselhos e dicas proferidos pela Professora Solange Rocha, referência nacional na história da educação de surdos.

A pesquisa demonstra que não há possibilidade deste acervo valioso continuar pouco acessível para a comunidade surda porque corremos o risco do esquecimento ou o apagamento destas memórias para as próximas gerações. Importante lembrar também os muitos registros que continuam retidos com os “homens-memória” que passaram pela Instituição.

Os surdos sempre estiveram na luta por exercer algum protagonismo nos projetos educacionais de seus pares. Desde o início do século XIX, associações de surdos foram criadas em vários países. Atualmente não há mais como considerar sua formação social, política e educacional sem que lhes seja garantido o acesso à informação através da sua língua de forma autônoma e independente. Esperamos que esse produto contribua para que outros centros de memória desenvolvam produtos e/ou serviços acessíveis à comunidade surda, porque os surdos também são consumidores de cultura e conhecimento.

É imprescindível que os profissionais da informação se conscientizem da necessidade de se criarem estratégias de comunicação e suportes que viabilizem o registro de informações visuais. É preciso promover fluxos contínuos entre sujeitos e lugares de memória, derrubar as fronteiras entre a ignorância e o saber. Devemos estar prontos para atender e respeitar as diversidades porque as memórias que estão salvaguardadas nestes espaços transcendem o tempo e não podem permanecer inacessíveis, principalmente para a comunidade surda.

Em tempo: Num dia de orientação desse trabalho, encontrava-me no Acervo Histórico com a minha orientadora quando três visitantes surdos quiseram conhecer o espaço: um aluno do Mestrado do INES, um canadense e uma equatoriana. O interesse deles era conhecer o Acervo e sua história. A comunicação fluiu em Libras e em língua de sinais internacional. Os visitantes demonstravam interesse em saber sobre cada item exposto. Nesse momento pensei sobre o meu trabalho e a defesa que faço do acesso direto aos conteúdos dos itens patrimoniais em língua de sinais.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Lei Brasileira de Inclusão completa um ano com avanços na educação**. 2016. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/07/01/lei-brasileira-de-inclusao-completa-um-ano-com-avancos-na-educacao>. Acesso em: 27 abr. 2020.

AGÊNCIA SENADO. **Nova lei inclui educação bilíngue de surdos como modalidade na LDB. 2021**. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/08/04/nova-lei-inclui-educacao-bilingue-de-surdos-como-modalidade-na-ldb>. Acesso em: 12 set. 2021.

ALBUQUERQUE, Roberta Silva Vilarinho Aguilera. **As vozes e a memória do silêncio: a importância da atuação dos museus na reconstituição e na preservação da memória surda**. 2018. Dissertação (Mestrado em Memória e Acervos) - Fundação Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://rubi.casaruibarbosa.gov.br/bitstream/20.500.11997/7160/1/VERS%c3%83O%20FINAL%20-%202016%20-%20Roberta%20Aguilera.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2020.

ANGELO, Elis Regina Barbosa; SIQUEIRA, Euler David de. Patrimônio cultural na contemporaneidade: discussões e interlocuções sobre os campos desse saber. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 25, n. 48, p. 51-86, dez. 2018. Disponível em: <file:///D:/Documentos/Andrea/Artigos/Mem%C3%B3ria/Dialnet-PATRIMONIOCULTURALNACONTEMPORANEIDADE-6719098.pdf>. Acesso em: 03 set. 2021.

ARAÚJO, Diná Marques Pereira; CARVALHO, Wellington Marçal de. As coleções bibliográficas especiais: reimaginar e recriar. **Revista Museu: cultura levada a sério**, 18 maio 2021. Disponível em: <https://www.revistamuseu.com.br/site/br/artigos/18-de-maio/18-maio-2021/11290-as-colecoes-bibliograficas-especiais-reimaginar-e-criar.html>. Acesso em: 03 set. 2021.

ARAÚJO, Helena Maria Marques. Educar através da(s) memória(S). **E-Mosaicos: Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 12, p. 214-225, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/e-mosaicos/article/view/30260/21462>. Acesso em: 13 out. 2020.

ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Patrimônio bibliográfico, documental e digital: confluências e reflexões. In: GP PATRIMÔNIO BIBLIOGRÁFICO E DOCUMENTAL. **Estudos sobre patrimônio bibliográfico e documental**. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=X0yX\\_qTpcUU&t=2543s](https://www.youtube.com/watch?v=X0yX_qTpcUU&t=2543s). Acesso em: 08 jan. 2021.

ASSMAN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AUTOMAÇÃO. **QR Code ganha popularidade e adesão das PMEs na pandemia**. 2021. Disponível em: <https://noticias.gs1br.org/qr-code-ganha-popularidade-e-adesao-das-pmes-na-pandemia>. Acesso em: 03 set. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. 2004.

Disponível em: [http://www.museusacessiveis.com.br/arquivosDown/20201002100649\\_abnt-nbr-9050-2020.pdf](http://www.museusacessiveis.com.br/arquivosDown/20201002100649_abnt-nbr-9050-2020.pdf). Acesso em: 11 jun. 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15599 - Acessibilidade - Comunicação na prestação de serviços**. 2008. Disponível em: [https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/sismob2/pdf/field\\_generico\\_imagens-filefield-description\\_21.pdf](https://portalarquivos2.saude.gov.br/images/sismob2/pdf/field_generico_imagens-filefield-description_21.pdf). Acesso em: 11 jun. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Missão, visão e valores**. Disponível em: <http://www.abnt.org.br/abnt/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 06 set. 2021.

ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DO JARDIM BOTÂNICO. **Jardim sensorial**. Disponível em: <https://www.amigosjb.org.br/jardim-sensorial>. Acesso em: 11 mar. 2022.

BARBANTI, Cristina Hilsdorf; LIMA, Vânia Mara Alves. O tratamento da informação em centros de memória: arquivos, bibliotecas e museus. In: **Cadernos do V seminário de pesquisas em Ciência da Informação**. São Paulo: ECA/USP, 2015. Disponível em: <http://www3.eca.usp.br/sites/default/files/form/biblioteca/acervo/producao-academica/002734430.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2020.

BARROS, Aparecida Maria Almeida; SIQUEIRA, Elizabeth Madureira. Relato de experiência: a roda de conversa “tecendo memórias da educação” no III Eheco. **Póiesis Pedagógica**, Catalão-GO, v. 14, n. 1, p. 94-115, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/poiesis/article/view/45054/22339>. Acesso em: 03 jun. 2021.

BAIROS, Cátia Pasotini. **Histórias de vida e narrativas de quatro professoras normalistas**. 2018. Dissertação [Mestrado]. Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16682/DIS\\_PPGPPGE\\_2018\\_BAIROS\\_CATI\\_A.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/16682/DIS_PPGPPGE_2018_BAIROS_CATI_A.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 07 jul. 2020.

BARROS, José D'Assunção. Memória e história: uma discussão conceitual. **Tempos Históricos**, Paraná, v. 15, p. 317-343, 1º sem. de 2011. Disponível em: <http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/5710/4287>. Acesso em: 09 jun. 2020.

BERSCH, Rita. **Introdução à tecnologia assistiva**. Porto Alegre: [s.n.], 2017. Disponível em: [https://www.assistiva.com.br/Introducao\\_Tecnologia\\_Assistiva.pdf](https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.

BIBLIOTECA e acervo do INES são reorganizados: obras raras poderão ser consultadas pelos pesquisadores. **Revista da Feneis**, v. 3, n. 11, p. 14, jul./set. 2001.

BICALHO, Lucineia Maria; PIANETTI, Gerson Antonio; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **Resgatando a memória pela imagem fotográfica**. 2017. Disponível em: [http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3302/2014\\_GT10-PO\\_10.pdf?sequence=1](http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/3302/2014_GT10-PO_10.pdf?sequence=1). Acesso em: 03 set. 2021.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Valdecir de Godoy; SOARES, Berthone Venâncio. O uso do QR Code em equipamentos médicos. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 4, n. e392, p. 1-7, mar. 2019. Disponível em: <https://acervomais.com.br/index.php/cientifico/article/view/392/333>. Acesso em: 17 jun. 2020.

BRANDÃO, Roberta Alena de Alcântara; ALMEIDA, Wolney Gomes. Surdez, Língua e Cultura: a Libras protagonizando a(s) identidade(s) cultural(ais) do surdo. In: Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura - ENECULT, 15., Salvador, 2019. **Anais...** Salvador: UFBA, 2019. Disponível em: <http://www.enecult.ufba.br/modulos/submissao/Upload-484/111704.pdf>. Acesso em: 28 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001**. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/2001/d3956.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2001/d3956.htm). Acesso em: 03 abr. 2022.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de abril de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/110098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm). Acesso em: 03 abr. 2022

BRASIL. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/110436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm). Acesso em: 11 jun. 2021.

BRITO, F. B.; NEVES, S. L. G.; XAVIER, A. N. O movimento surdo e sua luta pelo reconhecimento da Libras e pela construção de uma política linguística no Brasil. In: ALBRES, N. A.; NEVES, S. L. G. (Orgs.). **Libras em estudo: política linguística**. São Paulo: FENEIS, 2013. p. 67-103. Disponível em: [https://libras.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/09/2013-ALBRES-e-NEVES\\_LIBRAS-Pol%C3%ADtica-lingu%C3%ADstica.pdf](https://libras.ufsc.br/wp-content/uploads/2019/09/2013-ALBRES-e-NEVES_LIBRAS-Pol%C3%ADtica-lingu%C3%ADstica.pdf). Acesso em: 19 abr. 2021.

CAMPELLO, A. R. e S. **Aspectos da visualidade na educação de surdos**. 2008. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/91182/258871.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2020.

CARDINI, F. Un sociologo al Santo Sepolcro. In: HALBWACHS, M. **Memorie di Terra Santa**. Veneza: Ed. Arsenale, 1988.

CARVALHO, Ana Cristina Guimarães; NASCIMENTO, Maria Gezilda e Silva; BEZERRA, Midinai Gomes. A mediação da informação na narrativa oral e na história de vida: proposições dialogais. **RDBCI: Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf. Campinas, São Paulo**, v. 16, n. 2 p. 461-482, maio/ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651516/pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

CASCAIS, Maria das Graças Alves; TERÁN, Augusto Fachín. Educação formal, informal e não formal na educação em ciências. **Ciência em Tela**, v. 7, n. 2, p. 1-10, 2014. Disponível em: <http://www.cienciaemtela.nutes.ufrj.br/artigos/0702enf.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2021.

CASIMIRO, Ana Palmira B. S.; SILVEIRA, Camila Nunes Duarte; ALMEIDA, Maria Cleidiana Oliveira de. O desemaranhar dos fios: diálogos entre a memória e a história. In: JORNADA DO HISTEDBR, 12.; SEMINÁRIO DE DEZEMBRO: A crise estrutural do capitalismo e seus impactos na educação pública brasileira, 10., Caxias, 2014. **Anais eletrônico...** Caxias, MA: CESC, 2014. Disponível em: [http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer\\_histedbr/jornada/jornada12/artigos/12/artigo\\_eixo12\\_144\\_1409308866.pdf](http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/jornada/jornada12/artigos/12/artigo_eixo12_144_1409308866.pdf). Acesso em: 8 jul. 2020.

CASTRO, Renata Brião de; GASTAUD, Carla Rodrigues. O que são centros de documentação? O caso do Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 263-282, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818372017263/pdf>. Acesso em: 20 maio 2020.

CAVALCANTE, Lídia Eugenia. A memória como acervo. **Infociência**, São Paulo, v. 4, p. 52-67, 2004. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/78669>. Acesso em: 03 set. 2021.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean, et. al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Trad. de Ana Cristina Nasser. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

CHALHUB, Tania; BENCHIMOL, Alegria; ROCHA, Luísa Maria Gomes de Mattos. Acessibilidade e inclusão: a informação em museus para surdos. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 16., João Pessoa - Paraíba, 2015. **Anais...** João Pessoa, PB: ENANCIB, 2015. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2015/enancib2015/paper/viewFile/2863/1207> Acesso em: 08 out. 2020.

CHALHUB, Tania; GOMES, Marisa. Museus como atividade educativa: o que pensam os alunos surdos sobre acessibilidade? *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 19., Londrina, 2018. **Anais ...** Londrina: ENANCIB, 2018. Disponível em: <http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/XIXENANCIB/xixenancib/paper/viewFile/1172/1754>. Acesso em: 22 set. 2020.

CHIOVATTO, Mila Milene. Acesso e qualidade: propostas da ação educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo. *In*: ENCONTRO NACIONAL DA REDE DE EDUCADORES EM MUSEUS E CENTROS CULTURAIS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 1., Rio de Janeiro, 2007. **Anais ...** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2010. Disponível em: <http://www.casaruibarbosa.gov.br/arquivos/file/Encontro%20Nacional%20da%20REM%20CR.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

CÓDIGO DE BARRAS BR. **QR Code**: o que é, como funciona, como gerar? Disponível em: <https://codigosdebarrasbrasil.com.br/qr-code-o-que-e-como-funciona-geradores>. Acesso em: 18 jun. 2020.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose de Siqueira; BRASILEIRO, Alice de Barros Horizonte. **Acessibilidade a museus**. Brasília: IBRAM, 2012. Cadernos museológicos, v. 2. Disponível em: [https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade\\_a\\_museu\\_miolo.pdf](https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2013/07/acessibilidade_a_museu_miolo.pdf). Acesso em: 08 abr. 2020.

COHEN, Regina; DUARTE, Cristiane Rose; BRASILEIRO, Alice. Acessibilidade e sensorialidade nas ambiências museais brasileiras. *In*: II SEMINÁRIO DE INVESTIGAÇÃO EM MUSEOLOGIA NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA E ESPANHOLA. O PENSAMENTO MUSEOLÓGICO CONTEMPORÂNEO. **Anais...** Buenos Aires: Comitê Internacional do Icom para a Museologia, 2011. p. 187-201. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/10330.pdf>. Acesso em: 24 set. 2020.

CORRÊA, Maria Iraê de Souza; SOUZA, Angela Cristina Rocha de; MARÇAL, Maria Christianni Coutinho. O uso do QR Code na gestão da comunicação: o caso da rede social WineTag. **Informe: Estudos em Biblioteconomia e Gestão da Informação**, Recife, v. 1, n. 1, p. 118-132, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/INF/article/view/48/86>. Acesso em: 10 dez. 2020.

CORREA, Ygor Correa; GOMES, Rafael Peduzzi; RIBEIRO, Vinícius Gadis. Infografia e acessibilidade para o público surdo. **HFD**, v. 6, n. 12, p. 28-45, ago./dez. 2017. Disponível

em: <http://www.revistas.udesc.br/index.php/hfd/article/view/2316796306122017028/8142>. Disponível em: 27 maio 2020.

CORREIA, Derek Oliveira; COUTINHO, Fernando de Gusmão; MEDEIROS, Athos Reis de. Desenvolvimento de um software educacional para o ensino aprendizagem de Libras utilizando realidade aumentada. *In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO EM MÍDIAS INTERATIVAS*, 5., 2018, Goiânia. **Anais...** Goiânia, GO: Universidade Federal de Goiás, 2018. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/777/o/2\\_-\\_Derek\\_Correia.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/777/o/2_-_Derek_Correia.pdf). Acesso em: 08 abr. 2021.

CORREIO, Mônica Sena de Souza; COSTA, Maria de Fátima Oliveira; TABOSA, Hamilton Rodrigues; ARARIPE, Fátima Maria Alencar. Acessibilidade e inclusão informacional. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 18, n. 1, p. 1-16, jan./abr. 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12173>. Acesso em: 15 abr. 2020

COSTA, Icléia. Memória institucional: um conceito em definição. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 45-51, jul./dez.1995. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/53700>. Acesso em: 03 set. 2021.

COSTA, Iany Elizabeth da. A contribuição do pensamento freiriano no processo de empoderamento da juventude da Comunidade Quilombola de Paratibe, João Pessoa – PB: uma análise da experiência do projeto social Paratibe em Ação. **Inter-Ação**, Goiânia, v. 42, n. 2, p. 500-518, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/article/view/44016/24717>. Acesso em: 13 jun. 2021.

COSTA, Valéria Machado da *et al.* (Orgs.) **Tecnologias Assistivas**. Parte II. Módulo 4. Tecnologias Assistivas. Rio de Janeiro: Fiocruz/Icict, 2019. Disponível em: [https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/acessibilidade-sus/downloads/modulo\\_4/Apostila-acessivel\\_mod4\\_parte2.pdf](https://mooc.campusvirtual.fiocruz.br/rea/acessibilidade-sus/downloads/modulo_4/Apostila-acessivel_mod4_parte2.pdf). Acesso em: 10 jun. 2020.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História oral**, n. 6, p. 9-25, 2003. Disponível em: [https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod\\_resource/content/1/DELGADO%2C%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/819734/mod_resource/content/1/DELGADO%2C%20Lucilia%20%E2%80%93%20Hist%C3%B3ria%20oral%20e%20narrativa.pdf). Acesso em: 30 ago. 2021.

DIAS, Nathália Caroline. Entre a memória coletiva e a história da nação: a construção social da imagem do cachaceiro. **Faces de Clio**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p. 123-149, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.ufjf.br/facesdeclio/files/2014/09/1.8.Artigo-Nath%c3%a1lia-Dias.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2021.

DODEBEI, Vera. Cultura Digital: novo sentido e significado de documento para a memória social? **DataGramZero**: Revista de Ciência da Informação, v. 12, n. 2, abr. 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/45644>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ESTIMADO, Roberta Baessa; SOFIATO, Cássia Geciauskas. A educação de surdos e cegos na França e no Brasil. **Revista Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/33087/33087>. Acesso em: 19 abr. 2021.

FEIJO, Aleksandro Rahbani Aragão; PINHEIRO, Tayssa Simone de Paiva Mohana. **A Convenção da ONU sobre o direito das pessoas com deficiência e seus efeitos no direito internacional e no brasileiro.** In: ENCONTRO NACIONAL DO CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO (CONPEDI), 21., 2012, Uberlândia, MG. **Anais...** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=044a23cadb567653>. Acesso em: 06 abr. 2020.

FERNANDES, André Fillipe de Freitas. **A inclusão de surdos em museus de ciência: um estudo no Museu do Amanhã e no Museu da Vida.** 2019. Dissertação (Mestrado em Divulgação Científica) - Casa de Oswaldo Cruz, da Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [http://ppgdc.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao\\_Andr\\_Fillipe.pdf](http://ppgdc.coc.fiocruz.br/images/dissertacoes/dissertacao_Andr_Fillipe.pdf). Acesso em: 13 jun. 2021.

FERNANDES, Maria Auxiliadora Buscacio. Recordando Abade L'Épée. **Espaço**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 94, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://seer.ines.gov.br/index.php/revista-espaço/article/view/1448/1458>. Acesso em: 11 jan. 2021.

FERNANDES, Renata Sieiro. Educação não formal, projetos e o exercício da formação: por uma educação sem bússolas. In: AIDAR, Gabriela; CHIOVATTO, Milene; AMARO, Danielle Rodrigues (Coord.). **Entre a ação cultural e a social: museu e educadores em formação.** São Paulo: Pinacoteca de São Paulo, 2016. p. 116-139. Disponível em: <http://museu.pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2017/05/entre-a-acao.pdf>. Acesso em: 21 out. 2020.

FERREIRA, Alessandra Teles Sirvinskas; ALVES, Gustavo Henrique Varela Saturnino; MADEIRA, Lucianne Fragel. A língua de sinais em museus: acessibilidade através de guias multimídias. **Interfaces científicas: humanas e sociais**, Aracaju, v. 9, n. 1, p. 8-23, 2021. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/8866/4415>. Acesso em: 17 jun. 2021.

FERREIRA, Rosangela Rocha; CHAGAS, Kenilce Reis. O bibliotecário como mediador no processo de inclusão do surdo em bibliotecas universitárias. **Revista Bibliomar**, v.15, n. 1/2, p. 84-98, 2016. Disponível em: <https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/126460>. Acesso em: 08 jun. 2020.

FREITAS, Geise de Moura. **A construção de um projeto de educação bilíngue para surdos no Colégio de Aplicação do INES na década de 1990: o início de uma nova história?** 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: [https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/Dissertacao\\_Geise\\_Completa.pdf](https://ppge.educacao.ufrj.br/dissertacoes/Dissertacao_Geise_Completa.pdf). Acesso em: 02 set. 2020.

GABRIEL, Martha. **A era da inovação: porque inovar é fundamental na era digital.** 2018. Disponível em: <https://www.canaldoempresario.com.br/inove/inovacao/a-era-da-inovacao-porque-inovar-e-fundamental-na-era-digital>. Acesso em: 01 jun. 2020.

GERMINATTI, Fernando Tadeu; GILLIES, Ana Maria Rufino. Oralidade e memória familiar de um imigrante italiano: Votuporanga, SP, Década de 1940. In: ENCONTRO REGIONAL SUL DE HISTÓRIA ORAL: A HISTÓRIA ORAL E O DIREITO DE MEMÓRIA, 10., 2019,

Paraná. **Anais eletrônico...** Paraná: UFPR, 2019. Disponível em: [https://www.sul2019.historiaoral.org.br/resources/anais/12/abhosul2019/1571253297\\_ARQUIVO\\_30343704e7ac4ce2066ed79ae5194dd4.pdf](https://www.sul2019.historiaoral.org.br/resources/anais/12/abhosul2019/1571253297_ARQUIVO_30343704e7ac4ce2066ed79ae5194dd4.pdf). Acesso em: 08 jul. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: <https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

GISLON, Jacinta Milanez. **Lugares de memória**: parte 2. 2016. Disponível em: <https://arquiteturahistoriaepatrimonio.wordpress.com/2016/04/17/lugares-de-memoria-parte-2>. Acesso em: 10 jul. 2020.

GLOBAL CONSULT. **Ativo imobilizado**: qual o melhor tipo de plaqueta para controlar o seu patrimônio? 2019. Disponível em: <https://globalconsultoria.com.br/ativo-imobilizado-melhor-tipo-plaqueta>. Acesso em: 24 jun. 2020.

GOHN, Maria da Glória. Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos. **Investigar em Educação - IIª Série**, Lisboa, n. 1, p. 35-50, 2014. Disponível em: [https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn\\_2014.pdf](https://ec.europa.eu/epale/sites/epale/files/gohn_2014.pdf). Acesso em: 13 out. 2020.

GOMES, Marisa da Costa; CHALHUB, Tânia. Reflexões e práticas: percepções de alunos surdos e ouvintes em relação à visitação de museus no contexto de um curso de formação de professores. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ACESSIBILIDADE CULTURAL - ENAC, 5., 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/7enac/wp-content/uploads/2019/09/ANAIS-5-ENAC.docx>. Acesso em: 24 nov. 2020.

GONÇALVES, Janice. Lugares de memória, memórias concorrentes e leis memoriais. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 7, n. 13, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Memoria/article/view/6265/4532>. Acesso em: 01 set. 2020.

GOULEMOT, Jean Marie. **O amor às bibliotecas**. São Paulo: Unesp, 2011.

GUTIERRIZ, Ives; LOPES, Isabel; RODRIGUEZ, Vanessa; FERNANDES, Paula Odete; JATOBÁ, Mariana. O QR Code como ferramenta de divulgação da cultura e promoção da cidade de Salvador (Brasil). **Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação**, Lousada, n. 24, p. 140-150, 2019. Disponível em: <https://search.proquest.com/openview/942f884cecd8f835b28b3c43430a9aa4/1?pq-origsite=gscholar&cbl=1006393>. Acesso em: 04 ago. 2020.

GUTIERRIZ, Ives Emídio. **O QR Code como ferramenta de comunicação na valorização cultural**: estudo intercultural entre as cidades de Bragança (Portugal) e Salvador (Brasil). 2020. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações) - Instituto Politécnico de Bragança, Bragança, 2020. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/21804/1/pauta-relatorio-11.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod\\_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4005834/mod_resource/content/1/48811146-Maurice-Halbwachs-A-Memoria-Coletiva.pdf). Acesso em: 11 jun. 2021.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva; Guaracira Lopes Louro. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAUTRIVE, Giovana Medianeira Fracari. **Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2019. E-book (185 p.). Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18332/Curso\\_Lic-Comp\\_Ling-Brasil-Sinais.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/18332/Curso_Lic-Comp_Ling-Brasil-Sinais.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 30 abr. 2020.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico da educação patrimonial**. [S.l]: Iphan, 1999. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia\\_educacao\\_patrimonial.pdf.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf.pdf). Acesso em: 29 out. 2020.

HOTT, Daniela Francescutti Martins; FRAZ, Joanne Neves. Acessibilidade, tecnologia assistiva e unidades de informação: articulações à realidade da inclusão. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 4, p. 199-210, out./dez. 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/pci/v24n4/1413-9936-pci-24-04-199.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2020.

INÁCIO, Luiz Gustavo Barcellos; ROCHA, Jéssica Norberto. Diagnóstico da acessibilidade do Centro de Ciências Itinerante Caravana da Ciência/RJ - Brasil. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE ACESSIBILIDADE CULTURAL - ENAC, 5., 2017, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: UFRJ, 2017. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/7enac/wp-content/uploads/2019/09/ANAIS-5-ENAC.docx>. Acesso em: 24 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. **Documentação de acervo museológico**. Brasília, DF: Ibram, [2019].

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Resolução Normativa nº 6, de 31 de agosto de 2021. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF. Seção 1, p. 156. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=02/09/2021&jornal=515&pagina=156&totalArquivos=178>. Acesso em: 03 abr. 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Acessando materiais para educação de surdos**. Disponível em: <https://neo.ines.gov.br/neo/index.php/repositorio>. Acesso em: 12 set. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. **Organização de competências**. Disponível em: <https://www.ines.gov.br/competencias>. Acesso em: 12 set. 2021.

ISO. **ISO/IEC 18004:2015(en)**. Information technology - Automatic identification and data capture techniques - QR Code bar code symbology specification. 2015. Disponível em: <http://www.iso.org/obp/ui/#iso:std:iso-iec:18004:ed3:v1>. Acesso em: 18 jun. 2020.

ITAÚ CULTURAL. **Centros de memória**: manual básico para implantação. São Paulo: Itaú Cultural, 2013. Disponível em: [http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2013/11/CM\\_web.pdf](http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2013/11/CM_web.pdf). Acesso em: 11 jun. 2020.

KELMAN, Celeste Azulay. Multiculturalismo e surdez: respeito às culturas minoritárias. In: LODI, Ana Claudia Balieiro; MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de; FERNANDES, Eulalia (Orgs). **Letramento, bilinguismo e Educação de Surdos**. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2015.

KUPER, Adam. **Cultura**: a visão dos antropólogos. Tradução de Mirtes Frange de Oliveira Pinheiros. Bauru, SP: EDUSC, 2002. Coleção Ciências Sociais.

LAGE, Aline Lima da Silveira. **Professores surdos na casa dos surdos**: “demorou muito, mas voltaram”. 2019. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://ppge.educacao.ufrj.br/teses2019/tAline%20Lima.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

LE CODIAC, Y. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1990.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 7. ed. Campinas: Unicamp, 2013.

LOPES, Inara Erice de Souza Alves Raulino *et. al.* Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação como recurso didático: questão de planejamento. **Conhecimento Interativo**, São José dos Pinhais, PR, v. 12, n. 2, p. 02-22, jul./dez. 2018. Disponível em: <<http://app.fiepr.org.br/revistacientifica/index.php/conhecimentointerativo/article/view/243/293>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MACHADO, Raildo de Sousa; ZAFALON, Zaira Regina. **Catálogo**: dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM. João Pessoa: UFPB, 2020. Disponível em: <http://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/view/336/780/6478-1>. Acesso em: 02 dez. 2020.

MARÇAL, Alessandra de Oliveira. **A realidade aumentada como ferramenta de mediação: análise crítica de sua aplicação no Museu Histórico Nacional**. 2018. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO/Museu de Astronomia e Ciências Afins - MAST, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: [http://www.unirio.br/ppg-pmus/copy5\\_of\\_alessandra\\_maral.pdf](http://www.unirio.br/ppg-pmus/copy5_of_alessandra_maral.pdf). Acesso em: 10 dez. 2020.

MARCHIORI, Patrícia Zeni; APPEL, Andre Luiz; BETTONI, Eduardo Michelotti. As TIC como vetores para a democracia e empoderamento em processos de informação, comunicação e conhecimento. **Atoz**: novas práticas em informação e conhecimento, Paraná, v. 4, n. 2, p. 57, jul./dez. 2015. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/atoz/article/view/44635/27172>>. Acesso em: 01 jun. 2020.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MARTINS, Luziane Graciano. Bibliotecário como mediador de aprendizagem: uma proposta a partir do uso das TICs. **BIBLOS - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 31, n. 2, p. 74-98, 2017. Disponível em: <<https://www.brapci.inf.br/index.php/res/v/23737>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

MEDEIROS, Jonatas; FERNADES, Sueli. Gêneros textuais em videolibras: um estudo de aspectos composicionais. **Revista Trama**, v. 16, n. 39, p. 65-80, 2020. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/23705/16275>. Acesso em: 03 abr. 2022.

MIGLIOLI, Sarah; SANTOS, Gilmara Almeida dos. Acessibilidade e serviços inclusivos para minorias sociais: a Biblioteca do Instituto Nacional de Educação de Surdos. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 22, n. 1, p. 136-149, dez./mar., 2017. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6483181>>. Acesso em: 19 mar. 2020.

MIRANDA, Lucas Mascarenhas. Memória individual e coletiva. **Jornal da Unicamp Online**, Campinas, número especial, 27 maio 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/ju/noticias/2019/05/27/memoria-individual-e-coletiva>. Acesso em: 09 jun. 2020.

MIRANDA, Sulamita Nicolau de; MIRANDA, Marcos Luiz Cavalcanti de. Bibliotecas universitárias e a acessibilidade aos usuários surdos e com deficiência auditiva. **Informação@Profissões**, Londrina, v. 4, n. 2, p. 4-19, jul./dez. 2015. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/infoprof/article/view/24226>. Acesso em: 20 mar. 2020.

MORTARA, Bruno. **O que é e para que serve o Código QR?** 2011. Disponível em: <https://amitecno.com/o-que-e-e-para-que-serve-o-codigo-qr/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

MUSEU DO AMANHÃ. **Museu em Libras: Coronavírus**. 2020. Disponível em: <https://museudoamanha.org.br/pt-br/mediacao-museu-em-libras-primeira-edicao-coronavirus>. Acesso em: 13 jun. 2021.

NASCIMENTO JÚNIOR, José do. **De João a Luiz: 200 anos de política museal no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO/Museu de Astronomia - MAST, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: [http://www.unirio.br/ppg-pmus/jose\\_nascimento\\_junior.pdf](http://www.unirio.br/ppg-pmus/jose_nascimento_junior.pdf). Acesso em: 09 jan. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução de Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, n.10, p.7-28, dez. 1993. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 11 jun. 2020.

OLIVIERA, Cláudio de; MOURA, Samuel Pedrosa; SOUSA, Edinaldo Ribeiro de. TIC'S na educação: a utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação na aprendizagem do aluno. **Pedagogia em ação**, v. 7, n.1, p. 75-94, 2015.

OLIVEIRA, Eliane Braga de; RODRIGUES, Georgete Medleg. O conceito de memória na Ciência da Informação: análise das teses e dissertações dos programas de pós-graduação no

Brasil. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 311-328, mar. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/article/view/3302/2918>. Acesso em: 01 set. 2020.

OLIVEIRA, Liliane Silva Câmara de, *et. al.* A educação não formal como meio de aprendizagem na sociedade atual. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO - CONEDU, 4., 2017, João Pessoa - PB. **Anais...** Campina Grande-PB: Realize Eventos, 2017. Disponível em: [https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO\\_EV073\\_MD1\\_SA5\\_ID2710\\_09092017163338.pdf](https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2017/TRABALHO_EV073_MD1_SA5_ID2710_09092017163338.pdf). Acesso em: 13 out. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Aprovada pela Assembléia Geral da ONU, em 9 de dezembro de 1975. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec\\_def.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf). Acesso em: 24 abr. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: [http://www.onu-brasil.org.br/documentos\\_direitoshumanos.php](http://www.onu-brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php). Acesso em: 03 abr. 2022.

PALETTA, F. C. **Biblioteca digital**: gestão do ciclo de vida da tecnologia da informação e comunicação TICs. Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, n. 20 ENANCIB, 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/122539>. Acesso em: 27 maio 2020.

PINACOTECA DO ESTADO DE SÃO PAULO (São Paulo, SP). **Acesso e qualidade**: propostas da Área de Ação Educativa da Pinacoteca do Estado de São Paulo. São Paulo: Pinacoteca, 2015. Disponível em: [http://museu.pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2017/01/NAE\\_acesso\\_e\\_qualidade.pdf](http://museu.pinacoteca.org.br/wp-content/uploads/sites/2/2017/01/NAE_acesso_e_qualidade.pdf). Acesso em: 24 nov. 2020.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em: <http://www.pgedf.ufpr.br/memoria%20e%20identidadesocial%20A%20capraro%202.pdf>. Acesso em: 18 set. 2020.

QR Code Generator. Disponível em: <https://br.qr-code-generator.com/>. Acesso em: 18 jun. 2020.

QR CODE.COM. **History of QR Code**. Disponível em: <https://www.qrcode.com/en/history>. Acesso em: 19 jun. 2020.

QR-NEW Produtos Inteligentes. **História do QR Code**. Disponível em: <https://qr-new.com/index.php/historia-do-qr-code/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

QUADROS, Ronice Müller. **Língua de herança**: Língua Brasileira de Sinais. Porto Alegre: Penso, 2017.

RANGEL, Márcio Ferreira; NASCIMENTO JÚNIOR, José do. A trajetória da Política Nacional de Museus: impactos sobre o campo museológico brasileiro. In: GRANATO, Marcus (Org.). **Museologia e patrimônio**. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2015. v.1 (MAST: 30 anos de pesquisa).

RIBAS, Ana Carolina et. al. O uso do aplicativo QR Code como recurso pedagógico no processo de ensino e aprendizagem. **Ensaio Pedagógico**, v. 7, n. 2, p. 12-20, jul./dez. 2017. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/21804/1/pauta-relatorio-11.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

RIO DE JANEIRO (Município). **Museu do Amanhã festeja quatro anos com mostra sobre sua história e outras novidades**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2019. Disponível em: <https://prefeitura.rio/cidade/museu-do-amanha-festeja-quatro-anos-com-mostra-sobre-sua-historia-e-outras-novidades>. Acesso em: 13 jun. 2021.

ROCHA, Jéssica Norberto (org.). **Acessibilidade em museus e centros de ciências: experiências, estudos e desafios**. Rio de Janeiro: Fundação Cecierj; MCCAC, 2021. Disponível em: [https://grupomccac.org/wp-content/uploads/2021/03/LivroAcessibilidadeEmMuseusDeCiencias\\_v2021-03-30b.pdf](https://grupomccac.org/wp-content/uploads/2021/03/LivroAcessibilidadeEmMuseusDeCiencias_v2021-03-30b.pdf). Acesso em: 17 jun. 2021.

ROCHA, Jéssica Norberto *et al.* **Guia de museus e centros de ciências acessíveis da América Latina e do Caribe**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2017. Disponível em: [https://grupomccac.org/wp-content/uploads/2017/12/GUIA-PT\\_audiodescri%C3%A7%C3%A3o-e-leitor-de-telas.pdf](https://grupomccac.org/wp-content/uploads/2017/12/GUIA-PT_audiodescri%C3%A7%C3%A3o-e-leitor-de-telas.pdf). Acesso em: 03 set. 2021.

ROCHA, Solange Maria da. Anais da 1ª Conferência Nacional de Professores Surdos: campanha para educação do surdo brasileiro. **Espaço**, Rio de Janeiro, n. 42, jul./dez. 2014.

ROCHA, Solange Maria da. **Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da história da educação de surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)**. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp116439.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ROCHA, Solange. Histórico do INES. **Revista Espaço**, Rio de Janeiro, edição comemorativa de 140 anos, ago. 1997.

ROCHA, Solange. **O INES e a educação de surdos no Brasil: aspectos da trajetória do Instituto Nacional de Educação de Surdos em seu percurso de 150 anos**. Rio de Janeiro: INES, 2007.

ROCHA, Solange. **O Instituto Nacional de Educação de Surdos: uma iconografia dos seus 160 anos**. Rio de Janeiro: INES, 2018.

RUEDA, Valéria Matias da Silva; FREITAS, Aline de; VALLS, Valéria Martin. Memória Institucional: uma revisão de literatura. **CRB-8 Digital**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 78-89, abr. 2011. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/46587>. Acesso em: 07 jul. 2020.

SANTA ANNA, Jorge. Trajetória histórica das bibliotecas e o desenvolvimento dos recursos bibliotecários: da guarda informacional ao acesso. **Rev. Digit. Bibliotecon. Cienc. Inf.**, Campinas, SP, v.13, n. 1, p. 138-156, jan./abr. 2015. Disponível em: [https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1585/pdf\\_89](https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1585/pdf_89). Acesso em: 02 jun. 2020.

SANTOS, Amanda Carvalho dos. Perspectivas arquivísticas em centros de memória. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 6, n. 1, p. 80-95, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/39736/20353>. Acesso em: 18 set. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da distância física à distância social e à distância cultural. Mediação: Silvio Tendler. [S.l.]: Estados Gerais da Cultura, 18 out. 2020. 1 vídeo (2h e 08min). [Live]. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=BLvKoayv\\_NA](https://www.youtube.com/watch?v=BLvKoayv_NA). Acesso em: 24 nov. 2020. Participação: Kátya Teixeira; Eduardo Tornaghi.

SANTOS, Christiane Gomes dos; ARAUJO, Wagner Junqueira de. Acessibilidade informacional: um estudo sobre configurações de segurança em objetos digitais acessíveis segundo análise de aceitação por pessoas com deficiência visual. **Pesq. Bras. em Ci. da Inf. e Bib.**, v. 10, n. 2, p. 209-222, 2015.

SARTORETTO, Mara Lúcia; BERSCH, Rita. **Assistiva: tecnologia e educação**. 2021. Disponível em: <<http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **O direito à educação inclusiva, segundo a ONU**. São Paulo: Instituto Rodrigo Mendes; Diversa, 2013. Disponível em: <https://diversa.org.br/artigos/o-direito-a-educacao-inclusiva-segundo-a-onu>. Acesso em: 30 ago. 2021.

SHIMAZAKI, Elsa Midori; MENEGASSI, Renilson José; FELLINI, Dinéia Ghizzo. Ensino remoto para alunos surdos em tempos de pandemia. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v. 15, n. e2015476, p. 1-17, 2020. Disponível em: Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>. Acesso em: 05 out. 2020.

SILVA, Bruno Santana da. Análise do uso de QR Codes na Exposição de Iconologia do Museu Câmara Cascudo. **Museologia e Patrimônio: Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/28804/1/REL%2003.%20SILVA%2020.1%20-%20final.pdf>. Acesso em: 22 set. 2020.

SILVA, Claudio Gomes da. A Importância do Uso das TICS na Educação. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, v. 3, n. 16, p. 49-59, ago. de 2018. Disponível em: <<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/tics-na-educacao>>. Acesso em: 02 jun. 2020.

SILVA, Giuslane Francisca da. Resenha do livro A memória coletiva, de Maurice Halbwachs. Tradução de Beatriz Sedou. **Aedos**, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, ago. 2016.

SILVA, João Paulo Ferreira da; ROJAS, Angelina Accetta; TEIXEIRA, Gerlinde Agate Platais Brasil. Acessibilidade comunicacional aos surdos em ambientes culturais. **Conhecimento & Diversidade**, Niterói, n. 13, p. 103-115, jan./jun. 2015. Disponível em: <[https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento\\_diversidade/article/view/1787/1427](https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/conhecimento_diversidade/article/view/1787/1427)>. Acesso em: 13 maio 2020.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho; GOMES, Henriette Ferreira. Conceitos de informação na Ciência da Informação: percepções analíticas, proposições e categorizações. **Inf. & Soc.: Est.**, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 145-157, jan./abr. 2015.

SILVA FILHO, Rubens da Costa. A biblioteca universitária híbrida como espaço de memória. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 21-36, dez./mar., 2018. Disponível em: <https://revista.acb.org.br/racb/article/view/1369/pdf>. Acesso em: 13 jul. 2020.

TANUS, Gabrielle Francinne de S. C. Arquivos, bibliotecas e museus: várias histórias. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v. 28, n. 1, p. 85-100, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/3784/3004>. Acesso em: 14 jul. 2020.

TORRES, David Ruiz. Ciber-memória do processo criativo do artista: uso de QR Codes em espaços expositivos. *In: Seminário Nacional de Pesquisa em Arte e Cultura Visual: arquivos, memórias, afetos*, 8., 2015, Goiânia, GO. **Anais...** Goiânia: UFG; Núcleo Editorial FAV, 2015. Disponível em: [https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/2015.GT3\\_davidtorres.pdf](https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/778/o/2015.GT3_davidtorres.pdf). Acesso em: 24 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Fundamentos da educação de surdos**. Santa Catarina: UFSC, [s.d.]. Coleção Letras Libras – Eixo formação específica. Unidade 2: Modelos educacionais na educação de surdos. Disponível em: <https://www.libras.ufsc.br/colecaoLetrasLibras/eixoFormacaoEspecificafundamentosDaEducaoDeSurdos/scos/cap10913/1.html>. Acesso em: 12 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. **Revista Brasileira de Vídeo Registros em Libras**. Disponível em: <https://revistabrasileiravrlibras.paginas.ufsc.br/>. Acesso em: 10 dez. 2020.

VEYNE, Paul Marie. **Como se escreve a história**. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 3.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1995.

VIANNA, William Barbosa; PINTO, Adilson Luiz. Deficiência, acessibilidade e tecnologia assistiva em bibliotecas: aspectos bibliométricos relevantes. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 2, p. 125-151, abr./jun. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pci/v22n2/1981-5344-pci-22-02-00125.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

VIEIRA, Liliana de Sousa; COUTINHO, Clara Pereira. **Mobile learning: perspectivando o potencial dos códigos QR na educação**. 2013. Disponível em: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25450/1/Liliana\\_challenges2013.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/25450/1/Liliana_challenges2013.pdf). Acesso em: 18 jun. 2020.